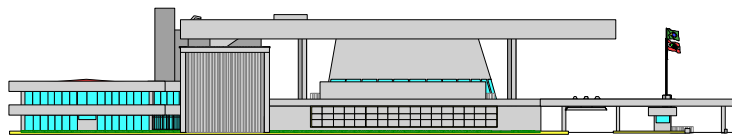


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 24 DE ABRIL DE 2007

NÚMERO 5.714

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1732
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 026ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 11/04/2007.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa22

Publicações Diversas

Aviso de Resultado.....22
Extrato22
Ofícios22
Portarias23
Projetos de Lei.....23
Relatório e Voto26
Redações Finais.....31
Requerimento.....32

PLENÁRIO

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita retificação de ata.

Breves Comunicações

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença dos estudantes do curso de Direito da Univille.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a 10ª Marcha dos Prefeitos em Brasília; refere-se à audiência no Ministério do Desenvolvimento Social sobre os agricultores; comenta o movimento dos trabalhadores do transporte coletivo e dos sem-teto; reporta-se ao veto do presidente Lula à Emenda n. 3.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Comenta a conquista de aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Coloca a posição contrária da bancada do PT à derrubada do veto do presidente Lula à Emenda n. 3.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Registra a presença de vereadores de Monte Castelo e de estudantes de Direito de Joinville; comenta a 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília; sugere que seja enviada uma moção ao Congresso e ao Senado solicitando rápida votação na matéria do Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Comenta o aumento do Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda o aumento do Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Reporta-se a moção a ser enviada ao Congresso e ao Senado solicitando agilização na votação da matéria do Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Concorda com moção solicitando agilidade na votação da matéria do Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Aborda o fórum para tratar da interiorização do ensino superior e da criação e expansão de cursos técnicos profissionalizantes.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Refere-se ao fórum para tratar da interiorização do ensino superior.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília; comenta o descaso com a saúde no município de Blumenau e a privatização da merenda escolar.

Partidos Políticos

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Critica nota publicada no jornal *Diário Catarinense* sobre dívida do diretório nacional do PT.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Aborda nota publicada no jornal *Diário Catarinense* sobre dívida do diretório nacional do PT.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Itá.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Refere-se aos 100 dias do governo Luiz Henrique da Silveira e convênios assinados pelo governador para diversas reformas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Comenta os 100 dias de governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Ari Vieira Simões e Paulo Ribeiro, de Monte Castelo, e o Encontro dos Vereadores em São José.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Reporta-se a obras realizadas pelo governo do estado em vários municípios de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Comenta as obras realizadas pelo governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Aborda a importância da descentralização.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito dos 100 dias do governo do estado.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Refere-se ao empenho do governo do estado na realização de obras no estado.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Comenta as críticas do deputado Joares Ponticelli ao governo do estado.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Capinzal.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Refere-se ao repasse do governo do estado a Joinville, através de convênios, de R\$ 18.277 milhões; aborda a obtenção, na ONU, da assinatura de 30 países a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e propõe a criação do Fórum Catarinense de Garantias do Direito do Portador de Deficiência.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Aborda a importância de garantir os direitos dos portadores de deficiência.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Refere-se ao veto do presidente Lula à Emenda n. 3; comenta o aumento do Fundo de Participação dos Municípios e a abertura de salas para atendimento aos municípios nas capitais.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Aborda o veto do presidente Lula à Emenda n. 3.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se a repasse feito pelo governo do estado para a Educação; lê carta de senhora de Joinville a respeito de seu filho.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Aborda o repasse de verbas pelo governo do estado para transporte escolar, art. 170 e reformas.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do presidente do PT de Trombudo Central.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a discussão sobre as atribuições das Polícias Civil e Militar.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Sugere a votação em bloco das matérias; aborda indicações, de sua autoria, solicitando instalação de redes de gás e energia elétrica para a empresa Marcegaglia, em Garuva; comenta a demora no recebimento de contas das empresas de telefonia fixa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se a indicação do deputado Herneus de Nadal que solicita pavimentação e construção da BR-282, entre São Miguel d'Oeste e Paraíso.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Solicita subscrever moção do deputado Herneus de Nadal sobre a BR-282.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Solicita subscrever moção do deputado Herneus de Nadal sobre a BR-282.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Convida para reunião do Fórum da BR-282.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Refere-se à moção, de sua autoria, manifestando repúdio à atitude racista contra alunos de origem africana na universidade de Brasília.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Reporta-se à moção, de sua autoria, manifestando repúdio à atitude racista contra alunos de origem africana na universidade de Brasília.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda moção, de sua autoria, a ser enviada ao governador do Mato Grosso manifestando repúdio ao subsídio mensal vitalício a ex-governador e a Zeca do PT.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Solicita esclarecimentos ao deputado Jailson Lima acerca de moção ao governador do Mato Grosso.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Corrige a expressão "governador do Mato Grosso", em moção de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda moção, de sua autoria, acerca do plebiscito sobre o Samae, em Brusque.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Refere-se a pedido de informação sobre obras na SC-443, em Nova Veneza.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Sugere rapidez no envio de moção sobre a votação do aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios, em Brasília.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Aborda moção a ser enviada ao Senado e à Câmara dos Deputados em Brasília, pedindo celeridade na votação do aumento de 1% do Fundo de Participação dos municípios.

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Chapecó Itamar Agnoletto.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda projeto do deputado Fernando Coruja sobre substituição da frota de veículos antigos por novos; refere-se ao reaproveitamento das três estações de transbordo que estão sobrando na capital.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Comenta a frota de veículos sem condições de circulação existente no Brasil.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Refere-se à necessidade de uma delegacia de Polícia Federal na região sul do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Aborda a necessidade de uma delegacia de Polícia Federal na região sul do estado.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Convida para reunião do Fórum da BR-282.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda o problema de relacionamento com o cliente que têm as empresas de telefonia fixa e móvel; comenta o reconhecimento do deputado Kennedy Nunes de que o governador cumpre as leis.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se ao problema de relacionamento com o cliente que têm as empresas de telefonia fixa e móvel.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta o problema de relacionamento com o cliente que têm as empresas de telefonia fixa e móvel.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Itá.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a falta de merenda, material de limpeza e material de expediente nas escolas estaduais.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Discorda de colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do governador do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do subtenente César Nei Rosa.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli à situação das escolas estaduais; cita várias obras inauguradas pelo governo do estado em 2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli à situação das escolas estaduais.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli à situação das escolas estaduais.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Refere-se a obras realizadas pelo governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se ao aniversário de 53 anos de Papanduva e aos 13 anos de Bela Vista do Toldo; aborda obras realizadas nos governos anterior e atual; discorda do deputado Kennedy Nunes quando disse que o governo estadual está cumprindo todas as leis.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se a convite de entrevista na TVCOM para avaliação dos 100 dias do governo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Aborda o cancelamento da entrevista na TVCOM para avaliar os 100 dias do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas as atas.)

Em discussão as atas que acabam de ser lidas.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu gostaria de contestar a ata. Fui a terceira deputada a usar a tribuna e não consta na ata, gostaria que constasse a minha manifestação na tribuna ontem. Confere deputado?

Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Será feita a retificação.

Em votação a ata com a retificação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Darcy de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darcy de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo saudar, efusivamente, a presença nesta sessão, dos estudantes do curso de Direito da Univil de Joinville, que vieram acompanhar a realização desta sessão.

E estão liderados aqui pelo Albaninho, Nicolas e Luciane. Sejam bem-vindos, muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, a Presidência deseja que todos tenham uma boa estada na capital e na visita à Assembléia Legislativa.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Minha saudação às sras. deputadas, aos srs. deputados, aos ouvintes da Rádio Assembléia e aos telespectadores da TVAL.

Hoje está sendo um dia bastante marcado nacionalmente, talvez por dois grandes motivos: primeiro pelo evento, pela ação que está acontecendo em Brasília desde segunda-feira, onde ontem estivemos participando. E o outro também foi um momento de luta e de organização de trabalhadores do país inteiro, uma mobilização das centrais sindicais sobre a Emenda n. 3.

Falaremos um pouco sobre esses temas na tribuna hoje, para esclarecer e colocar esse debate para a sociedade catarinense e brasileira desses momentos.

Estivemos acompanhando, durante esses dois últimos dias em Brasília, toda a Marcha dos Prefeitos e também comparecemos a um conjunto de audiências nos ministérios.

Quero cumprimentar o deputado Pedro Baldissera que me substituiu ontem na comissão de Trabalho, e dizer a todos os deputados e à imprensa que continuamos trabalhando. Estivemos ontem em uma audiência no ministério do Desenvolvimento Social, cujo tema interessa muito ao nosso estado, principalmente aos agricultores familiares, que é o convênio entre aquele ministério e o estado de Santa Catarina, na questão da aquisição dos alimentos para o projeto Fome Zero.

Esse convênio importante está parado por um problema de prestação de contas, que o estado ainda não fez, com a União, e corremos o risco de perder R\$ 3.2 milhões de recursos desse convênio por falta de prestação de contas. Já estivemos com o secretário Ivo Carminati, e esperamos, de fato, que esse problema se resolva o mais rápido possível. Há muitos agricultores que não receberam, eles entregaram o produto no ano passado, um valor de mais de R\$ 100 mil, e não receberam ainda. Então, estivemos no ministério para tratar desse tema.

Outro tema importante é uma audiência pública que estamos encaminhando com o presidente da comissão de Agricultura, com relação a uma questão esperada pelos agricultores familiares do estado e pelas pequenas agroindústrias, que é a Lei de Inspeção Sanitária, o serviço único de inspeção sanitária do país, regulamentado pelo presidente da República. Agora os municípios e os estados devem adaptar-se a essa nova lei, a essa nova regra, por isso queremos encaminhar uma audiência pública para o início do mês de maio.

Hoje toda a imprensa está noticiando, e ontem também, esse momento importante que o Brasil está vivendo, principalmente a luta dos prefeitos do movimento municipalista, por melhores condições de trabalho nos seus municípios. Ontem estivemos participando da abertura oficial, que contou com a presença importante do presidente Lula, um grande número de ministros e os presidentes da Câmara dos Deputados e do presidente do Senado.

As notícias são muito importantes, são muito boas para os municípios, pois temos várias iniciativas e um compromisso concreto do presidente da República em atender uma reivindicação de muitos anos, que é o aumento do repasse do Fundo de Participação aos municípios de 1%. Outra luta importante é a redução da participação dos municípios com os convênios federais que pode chegar, segundo o presidente da República, em 0,2%.

Entre outras questões foram feitos debates relativos aos convênios, ao Fundo de Participação, ao ISS e outras reivindicações dos municípios. O Brasil vive um momento importante, porque nesses últimos anos foram feitas grandes conquistas através dessa relação que o governo federal está construindo com os municípios.

Temos também abertura da sala dos prefeitos nas capitais, na Caixa Econômica Federal. Em nove capitais, a partir de ontem, já foram feitos os encaminhamentos para a instalação das salas dos prefeitos na Caixa Econômica Federal. Isso tudo é muito importante para a democratização do nosso país na melhora da relação entre a União, estados e municípios.

Uma sugestão que está muito forte é a marcha dos prefeitos às capitais estaduais, porque temos muitos limites nessa relação dos municípios com o estado. Uma das questões importantes, na qual muitos estão lutando e trabalhando, é o papel dos estados no transporte escolar da juventude que estuda em escolas estaduais. Vivo isso no interior do estado. Há poucos dias o pessoal do interior de Chapecó esteve me visitando para saber como vai ficar a situação dos jovens que moram longe da cidade que não têm condição de estudar, porque ou eles vêm para a cidade ou não têm condições de fazer o segundo grau. Então, são lutas importantes que os municípios têm que encaminhar.

Por último, esse movimento importante dos trabalhadores do transporte coletivo, que hoje acontece no Brasil e aqui em Florianópolis, é uma luta digna. As novas tecnologias são importantes para o país, mas na minha avaliação - já falei sobre isso dias atrás -, elas não podem excluir o ser humano, o trabalhador. No momento em que elas excluem a mão-de-obra, começam a se tornar prejudiciais. Nós sempre zelamos para que os trabalhadores continuem em seus postos de trabalho. Aqui há uma questão central em debate no transporte coletivo de Florianópolis.

Temos também o grande movimento da moradia, hoje nacional, que está se construindo pela dignidade das pessoas terem um lugar para morar. Este é outro tema importante e queremos parabenizar essa luta dos sem-teto que estão se organizando e lutando por esta condição de vida.

Por último, quero registrar que ontem tivemos a aprovação de uma moção, que pedia a manutenção do veto do presidente Lula na questão da Emenda n. 3, que na nossa avaliação e de várias centrais sindicais, da CUT e da Força Sindical, prejudica o direito dos trabalhadores, conquistados na Constituição de 88, pois pode tirar inclusive o 13º, férias e até outros direitos adquiridos. Pode coibir a fiscalização do ministério do Trabalho, nos locais de trabalho, como hoje está sendo feito, inclusive em fazendas onde há escravidão e em outros lugares aonde o ministério chega para fiscalizar.

Então, é muito preocupante isso e esta Casa precisa tomar posição sobre esse tema e defender os trabalhadores deste país que conquistaram, a duras penas, direitos estratégicos como férias, 13º, salário maternidade e outros direitos. Nós não podemos aceitar que os congressistas, que os deputados votem pela derrubada do veto do presidente à Emenda n. 03, prejudicando os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Além da conquista pelo municipalismo de mais 1%, que é importante, anunciado pelo presidente, recebi, hoje pela manhã, do deputado Pedro Uczai, essa informação - e nós que fomos prefeitos e, principalmente, quem é prefeito de pequeno município sabe disso -, vale dizer que muitos convênios não precisariam mais da contrapartida de 25%. E isso facilitaria para que viessem mais recursos e obras para o município. Havendo uma confirmação disso, se realmente há essa expectativa, eu acho isso até muito importante do que esse aumento de 1%.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Com certeza!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. deputado Dirceu Dresch, eu quero parabenizá-lo pelos temas que trouxe hoje a esta tribuna. Nós vamos estar muito à vontade para discutir a conjuntura nacional, o governo Lula. E sobre esse último tema da Emenda n. 03, nós, aqui desta Casa, temos que nos manifestar. Eu queria sugerir a v.exa. que pudéssemos propor, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, uma moção mostrando a nossa posição contrária à derrubada do veto à Emenda n. 03, porque será a maior derrota da classe trabalhadora deste país derrubar o veto do presidente Lula.

Talvez possamos promover aqui uma moção, onde todos os deputados possam se manifestar favoravelmente a ela, e os deputados federais...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustres sras. deputadas, srs. deputados, inicialmente quero saudar, com muita alegria, a presença dos vereadores, Amélio de Matos e Valdecir de Francisco, do município de Monte Castelo, que vêm aqui participar de um seminário de vereadores e, amanhã, da inauguração da nova sede da Associação dos Vereadores de Santa Catarina.

Também quero saudar os estudantes de Direito, de Joinville, que vêm aqui acompanhados do nosso ilustre deputado e futuro prefeito de Joinville, Darci de Matos. O nosso prezado amigo Darci é pequeno no tamanho, mas é grande na qualidade do trabalho que faz, em favor de Joinville, da sua terra e da sua gente. Tenho certeza absoluta de que o Darci será o prefeito de Joinville, porque é um trabalhador, um lutador em favor daquela terra e da sua gente.

Por isso eu saúdo o meu prezado amigo, deputado Darci de Matos, que traz os futuros advogados lá de Joinville, pois quem sabe ajudará este país na imposição da justiça e das leis. Sejam felizes aqui no nosso meio!

O sr. deputado Dirceu Dresch e a deputada Odete de Jesus já falaram no assunto que foi motivo de vários debates nesta Casa ontem, a 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília. Acredito que terão que haver outras para que consigam todos os benefícios em favor dos municípios.

Mas já houve uma boa conquista, temos que reconhecer que já houve uma boa conquista! Se não foi o ideal, mas já deu certo: 1% do fundo de participação é uma boa vitória! Mas a vitória maior é aquela no segundo ponto, que os municípios não tenham mais necessidade de dar a sua participação nas obras públicas federais. Sei de muitos municípios, deputada Odete de Jesus, cujos prefeitos rejeitam os convênios, não os querem porque eles não têm a contrapartida. Quando o valor é significativo, eles preferem não fazer o convênio, porque vai chegar o final do ano, não terão como pagar e aí as consequências são desastrosas. Têm as suas contas rejeitadas, respondem processo na Justiça, no Tribunal, e por isso eles abrem mão de receber o convênio por causa da contrapartida.

Mas agora, se efetivamente acontecer, será muito bom. E espero que aconteça, porque o presidente da República deu testemunho público à nação brasileira. Todos nós estávamos atentos ontem, deputado Dirceu Dresch, ficamos esperando os noticiários, os jornais, as emissoras de televisão para sabermos do resultado da marcha dos prefeitos. Eu escutei em todos os noticiários, deputado Darci de Matos, saia de um noticiário, ia para outro, enfim, e hoje acompanhei todos os jornais para ver se realmente se confirmavam aquelas idéias, ou aquelas decisões que o presidente da República tomou e, muito importante, deputado José Natal, na presença do presidente da Câmara dos Deputados e na presença do presidente do Senado da República.

Então, esses dois chefes de poderes, que são ligados na administração, têm por obrigação ajudar o presidente da República a cumprir com a sua palavra. Embora saibamos que o presidente da República deu a palavra, mas depende do Congresso Nacional votar. Tenho certeza de que eles, companheiros que são, serão solidários à palavra do presidente da República para que ele possa cumpri-la.

É claro que gostaríamos que desse um pouquinho mais para os prefeitos. Deputado Jailson Lima, se v.exa. ainda for prefeito lá de Rio do Sul, sentirá necessidade de mais para os prefeitos, porque, como foi dito aqui ontem por alguém, nós não moramos no Brasil e nem moramos em Santa Catarina, nós moramos nos municípios, pois é lá que estão os nossos problemas.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ouço, com muito prazer, o deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Não poderia deixar, deputado, de reforçar essa posição de v.exa. elogiosa à atitude do presidente Lula. Essa é uma posição muito importante, porque demonstra que nós, Democratas, fazemos uma oposição racional, inteligente ao governo federal. Aquilo que não concordamos, pois temos divergências ideológicas, vamos sempre e constantemente contestar, mas aquelas atitudes, como esta, acertada, do presidente da República, como é o caso do aumento do repasse em 1% a mais para os municípios, que praticamente estão à beira da falência, temos que elogiar. E a redução do percentual da contrapartida, em caso de convênios com a União para os municípios, são ações que se revertem da maior importância para os municípios brasileiros.

Portanto, também não poderia deixar, deputado Onofre Santo Agostini, de me juntar a v.exa. no sentido de elogiar essa atitude do presidente Lula.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini, não acredito que haja problema se o presidente da República encaminhar, porque pelo movimento que vi dos prefeitos, os deputados não vão querer votar contra essas medidas.

Então, de fato se o presidente encaminhar os projetos, com certeza, serão aprovados, e acho que temos muita perspectiva pela frente, pois o próprio presidente assumiu de encaminhar a proposta da reforma tributária do país, uma vez que precisa resolver distorções históricas sobre temas da contribuição que os municípios têm e que, na verdade, são papéis da União e dos estados.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Que Deus permita, deputado Dirceu Dresch, que efetivamente aconteça! Quem sabe até saia uma moção da Assembléia Legislativa pedindo aos deputados federais e aos senadores que votem imediatamente, urgentemente essas duas medidas importantíssimas para ajudar a melhorar a situação das prefeituras do Brasil inteiro. Eu até vou sugerir, se os líderes concordarem, que saia uma moção ao Congresso Nacional, aos srs. senadores, aos srs. deputados, que votem urgentemente, que destranquem aquela pauta, lá, e que votem, porque são medidas que os municípios necessitam para tomar as devidas providências.

Veja bem, deputado José Natal, muitas vezes vim aqui e critiquei o governo Lula, até hoje, e volto a criticar a política econômica do governo que, na minha opinião, está equivocada. Mas também reconheço, e venho aqui elogiar, quando toma medidas corretas como esta, que no meu entender foi de muita competência do sr. presidente da República tomar esta medida que vai minimizar o sofrimento dos municípios.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Congratulo-me com v.exa. pelo seu pronunciamento, e gostaria de reafirmar que o maior problema dos municípios, hoje, é a questão da contrapartida, tanto com o governo federal quanto com o governo estadual, que é a mesma coisa.

Parece que v.exa. pegou o meu pensamento. E solicitei um aparte para colocar a possibilidade de esta Casa mandar uma moção à Câmara e ao Senado para votar rapidamente.

Quero dar mais uma informação ao deputado Dirceu Dresch, de que o presidente Lula ontem à noite falou em retirar a reforma do Parlamento, porque a que está lá já não interessa mais para o país. Ele vai retirar e mandar uma outra, e será que essa outra não vai, também, ficar na Câmara, no Senado, parada por muito tempo?

Até concordo com ele, pelo tempo que está lá, talvez, realmente, muitas coisas pontuais já não interessam mais ao nosso país. Mas, que agilize logo!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu consulto os srs. líderes, se concordam, para que eu possa providenciar o requerimento. Faremos em nome da Assembléia Legislativa, não das bancadas e, sim, da Assembléia Legislativa, uma moção da Assembléia de Santa Catarina fazendo o apelo ao Congresso Nacional para aprovar.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Não sou líder do PT mas tenho plena convicção de que a nossa bancada é extremamente favorável a sua proposta, deputado.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Herneus de Nadal, a bancada do PT, ultimamente, está muito democrata.

Então, nós ficamos contentes. É claro, como os Democratas, também, estão muito solidários. É verdade, deputada Odete de Jesus, nós ficamos muito contentes com isso, quando vemos que a democracia está acima dos interesses dos partidos políticos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, na quinta-feira, amanhã, estaremos mantendo um contato com integrantes da UnoChapecó, com a reitoria e com representantes do DCE para, logo em seguida, agendarmos uma data para que o fórum constituído para tratar da interiorização do ensino superior e, também, da criação e expansão de cursos técnicos profissionalizantes, possa, com a presença do fórum e com a presença dos alunos, professores e reitoria, iniciar em data propícia para todos nós, a discussão que nos possibilite elaborar um documento que venha a ser a referência para que nós possamos, através deste Parlamento, junto com a sociedade, fazer as reivindicações importantes, necessárias, imprescindíveis, para gerar oportunidades de acesso aos cursos de graduação nas nossas universidades, oficiais e, também, nas comunitárias e particulares.

Este primeiro contato, srs. deputados, integrantes do fórum, é para dar início e elaborar uma agenda onde todos nós, com certeza, dentro da nossa possibilidade, vamos estar presentes e participar para ouvir os estudantes da comunidade acadêmica e as sugestões que vão resultar na elaboração de um documento que possa ser adotado, de forma suprapartidária, por todos nós para que possamos proceder a um resgate extremamente importante e fundamental para gerar oportunidades e não deixar tantos e tantos talentos sem a condição de frequentar o ensino superior.

A minha manifestação se restringe a um breve espaço de tempo propiciando que a deputada Ana Paula Lima também possa utilizar a tribuna e fazer aqui a sua manifestação.

Porém, antes de encerrar quero registrar desta tribuna que o sr. deputado Serafim Venzon entrou em contato conosco para solicitar que seja agendada para terça-feira uma reunião do fórum para ouvirmos integrantes do Sistema Acafe e também de outros setores para podermos, dessa forma, democratizar ao máximo o Fórum Parlamentar constituído, para que ele possa alcançar os objetivos que todos nós queremos: produzir resultados efetivos e práticos em favor da comunidade estudantil.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Herneus de Nadal, v.exa. já recebeu os nossos cumprimentos por ter criado, e agora está presidindo esse fórum permanente para encontrar alternativas e oferecer a tantos jovens que vêm o caminho da universidade como o seu caminho de melhoria da condição social, e todas as famílias têm essa compreensão. Nós temos a vaga, existe a universidade, a Acafe foi construída com o suor dos catarinenses, aliás, é o único estado do Brasil que tem um sistema educacional tipo Acafe e, Santa Catarina, como v.exa. bem colocou aqui, é o segundo estado da nação brasileira em desenvolvimento humano e, certamente, a questão educacional, a questão universitária é um dos fatores que contribuem para esse resultado.

E por isso, deputado Herneus de Nadal, vejo que a Acafe, e não apenas as 87 faculdades do Sistema Acafe, poderão ser parceiras para dar instrumentos a v.exa., ao fórum, ao governo, para encontrarem juntos uma forma de dar condições que mais jovens possam fazer a sua faculdade e ter ali o instrumento da ascensão social.

Por isso, quero saudar v.exa. novamente e dizer que, na próxima terça-feira, o presidente e o secretário executivo da Acafe estarão participando conosco dessa reunião do fórum para nos instrumentalizar e achar essa forma legal de favorecer a mais estudantes fazerem a sua faculdade.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - É um desafio que todos nós estamos enfrentando para que possamos oportunizar aos nossos filhos o acesso ao ensino superior tão desejado por todos, para que tenhamos uma melhor qualidade de vida e uma melhor condição.

Agradeço o aparte e encerro a minha modesta manifestação para que a deputada Ana Paula Lima também possa se pronunciar aqui desta tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, jovens acadêmicos de direito da cidade de Joinville que nos prestigiam com a sua visita honrosa no Parlamento Catarinense, todos os visitantes que nos dão a honra de estar acompanhando a sessão ordinária da Assembléia Legislativa, ouvintes da rádio digital, telespectadores da TVAL senhores parlamentares.

Srs. parlamentares, estou ouvindo atentamente, desde ontem, várias manifestações, nesta Casa, sobre a Marcha dos Prefeitos na nossa capital federal. Ontem, eu também me manifestei a respeito, mas hoje irei novamente me ater um pouco sobre este assunto, porque há dez anos que acontece essa marcha.

Antigamente, os prefeitos eram atendidos, na capital federal, de uma forma vergonhosa pelo presidente da República e pelo Congresso Nacional. Era tão vergonhosa, srs. deputados, que os prefeitos de Santa Catarina - vou me ater somente ao nosso estado - eram recebidos a chicote, com cachorros, deputado Dirceu Dresch! Os policiais, deputado Sargento Amauri Soares, é que faziam aquela barricada lá colocando os cachorros para receber os prefeitos do nosso Brasil!

Hoje, como é que os nossos prefeitos (o deputado Pedro Uczaí vai falar sobre isso no horário do partido) são recebidos na nossa capital federal? Eles são recebidos pelo mandatário da nossa nação, que é o nosso fenômeno nacional e internacional, ou seja, o nosso líder presidente Lula. Eu falo com muito orgulho no presidente Lula porque ele é um homem que sabe pelo menos respeitar o ser humano. Começa por aí: respeito. No primeiro encontro ele recebeu muito bem os prefeitos. E ele foi muito aplaudido, ontem, por diversos prefeitos do nosso estado, segundo o que foi divulgado nos jornais de circulação. Ele foi aplaudido de pé e ovacionado.

Então, nós temos que enviar uma moção, deputado Pedro Uczaí, ao presidente Lula para parabenizá-lo por ter recebido, com muita galhardia, os prefeitos do estado de Santa Catarina e por ter dado essa grandiosa conquista de aumentar o FPM, que é uma luta antiqüíssima dos prefeitos.

Eu vou ler aqui, srs. deputados, as declarações dos prefeitos, mas, primeiramente, vou ler a declaração dos prefeitos do Vale do Itajaí, que é a região onde eu moro.

(Passa a ler.)

"Declaração de Lula anima prefeitos do Vale do Itajaí". [sic]

Isso quem falou não foi o prefeito do PT, foram os prefeitos do PMDB, do PFL e do PSDB! Porque nós, do Partido dos Trabalhadores, já sabemos como é o tratamento do presidente Lula com o ser humano: em primeiro lugar.

(Continua lendo.)

"Promessa de verbas e aberturas da marcha.

Lula acena com voto favorável da base aliada para medida que ampliará fundo das Prefeituras na ordem de R\$ 1,3 bilhão". [sic]

É muita coisa, gente, é muita coisa! É muito fácil ser prefeito hoje, deputado Jailson Lima. Agora vai ser fácil governar! Os prefeitos de Santa Catarina não irão fazer obras porque não querem e aí o deputado Onofre Santo Agostini vem a esta tribuna dizer que não há a contrapartida! O presidente Lula já viu isso e disse o seguinte:

(Continua lendo.)

"Lula anunciou a redução da contrapartida exigida dos municípios para os projetos do PAC". [sic]

Gente, tribuna é só para elogiar o presidente Lula, porque essa luta é uma luta de dez anos! Antigamente, eles eram recebidos com chicote e com cachorro! Hoje, eles são recebidos com carinho, com respeito, com amor. E ele conseguiu tudo o que os prefeitos estavam pedindo há muito tempo. Por isso que o presidente foi aplaudido ontem, de pé. Não é qualquer um não! De pé, ele foi aplaudido!

(Continua lendo.)

"Os prefeitos catarinenses se encontram com o Lula em Brasília. Os prefeitos catarinenses estão otimistas com o apoio do presidente Lula aos pleitos dos municípios." [sic]

Isso, segundo o presidente da Fecam, Federação dos Municípios do estado de Santa Catarina.

Também no jornal *ANotícia* foi colocada a tônica do nosso discurso desta semana. Através da moção, o presidente Lula é parabenizado por ter recebido os nossos mandatários, a nossa gente, os nossos representantes na capital federal. É essa moção que esta Casa, por justiça, tem que aprovar aqui e mandar para o presidente Lula.

Sr. presidente, eu não estou aqui para falar de pessoas, mas, sim, para falar de idéias, de projetos. Fiquei muito tempo calada porque eu não queria falar de coisas ruins da minha cidade, deputado Silvio Dreveck. Eu sou moradora da cidade de Blumenau, uma deputada do estado de Santa Catarina e não posso chegar à minha região e ver o meu povo sofrendo, o meu povo reclamando. Por isso tenho que assomar à tribuna para fazer as denúncias necessárias.

Enquanto o presidente Lula está recebendo muito bem os representantes da região do Vale do Itajaí, o povo de Blumenau não está sendo bem tratado no que diz respeito à saúde, que antes éramos um exemplo para o estado de Santa Catarina e para o nosso Brasil!

Saui hoje em manchete:

(Continua lendo.)

"A Justiça quer saúde melhor em Blumenau". [sic]

É o povo sofrendo no pronto-socorro dos hospitais! Eu não queria falar sobre isso porque se trata de um adversário político meu, mas eu não posso ficar calada e ninguém aqui dentro deve ficar calado enquanto a sua gente sofre.

É por isso, sr. presidente, que eu assomei à tribuna para falar que a saúde em Blumenau está um caos! Os postos de saúde estão sem remédios, sem médicos, sem médicas, sem profissionais da área da Saúde, sem enfermeiros para atender à nossa gente. É assim que o nosso povo está sendo tratado lá.

Outra coisa que também está ocorrendo na cidade de Blumenau são as privatizações, deputada Odete de Jesus. Privatizaram a merenda escolar e o presidente Lula aumentou o repasse para a merenda escolar! Ela foi privatizada por uma firma que não é do estado de Santa Catarina, é do Paraná, que está dando a merenda para as nossas crianças. Antes da privatização, elas comiam frutas, verduras compradas do nosso agricultor local, da cidade, e o iogurte e o leite eram comprados dos agricultores de Blumenau. Hoje, a merenda escolar foi privatizada pela Rizotolândia, que é do estado do Paraná, e as nossas crianças estão recebendo marmitinha.

Além disso, as nossas merendeiras e as nossas cozinheiras, que eram profissionais concursadas, estão, hoje, sem colocação, não sabem para onde ir. Foram colocadas, como a gente fala lá, na geladeira. Época que eu também vivenciei, porque sou funcionária pública concursada da rede municipal. Mas elas foram colocadas na geladeira! Isso é da época do então prefeito de Blumenau Wilson Kleinübing. E hoje o filho está fazendo a mesma coisa com a nossa gente! Não posso ficar calada, senhoras e senhores! Isso eu não vou admitir!

Também querem privatizar, srs. deputados, a nossa energia elétrica, a luz elétrica, a taxa de iluminação pública fazendo uma licitação - eu tenho os documentos no meu gabinete - com uma empresa de São Paulo. E isso já está sendo denunciado pela Câmara de Vereadores de Blumenau e pelo Ministério Público. Isso é uma vergonha!

E na semana passada, para v.exas. saberem que eu não estou mentindo, Blumenau foi manchete em uma revista de circulação nacional. Eu fiquei até feliz, pois a nossa cidade, o nosso estado estava sendo divulgado por uma revista de circulação nacional, mas, infelizmente, a notícia não era boa, era péssima!

Na revista *IstoÉ* está o seguinte: (Passa a ler.)

"A volta do PP. Foi só o Collor retornar que a política de Pedro Paulo Leoni Ramos, o PP, como é conhecido, começa a sair das sombras". O PP foi seu ministro de Assuntos Estratégicos e foi acusado de montar, com os fundos de pensão, um esquema similar ao do PC Farias. Ele está fechando uma operação de R\$ 70 milhões com a empresa de Blumenau, a Samae - Sistema de Água e Esgoto de Blumenau. Em contrapartida, ele vai emprestar esse dinheiro e a empresa que ganhar vai ficar com as contas de crédito da água por 12 anos.

É isso que está acontecendo na minha cidade. Vão privatizar a merenda, a saúde está um caos, o sistema de energia está com as licitações dirigidas e essa operação com a Samae é um absurdo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Republicano Brasileiro.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários desta Casa, imprensa falada, escrita e televisada, assomo, hoje, à tribuna, no horário do meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, para dizer o seguinte: eu sou uma leitora fiel do jornal *Diário Catarinense*, que é, diga-se de passagem, um jornal que circula em todo o estado de Santa Catarina trazendo notícias quentinhas em primeira mão, mas hoje, ao lê-lo, uma notícia me intrigou muito, inclusive eu até mostrei essa reportagem ao deputado Pedro Uczai, meu amigo do PT.

A nota diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Vaquinha - Petistas estão se cotizando para pagar a dívida do diretório nacional, mais de R\$ 107 milhões. Quem tem PRB e PR como aliados, ambos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, poderia pegar o *know-how* de passar a sacolinha".

Srs. deputados, esse jornalista que está substituindo Fábio Lemos, que sempre foi ético, foi muito infeliz nessa matéria! Ele fez um angu daqueles em que misturamos fubá com resto de comida para dar para o cachorro comer. Ele fez um mexido, uma mistura!

Eu não respondo pelo PR, pois já pulei fora, eu estou no PRB, e o PRB é uma sigla partidária, tem um estatuto e não tem nada ligado com religião. E esse jornalista foi tão infeliz que ele está violando o nosso direito de liberdade religiosa, que nos dá amparo legal através da nossa Constituição!

Srs. deputados, o comentarista Roberto Azevedo é um jornalista de gabarito, uma pessoa de um potencial invejável, um jornalista bem conceituado, mas foi infeliz nessa matéria. Ele misturou feijão com salada, fez todo aquele remexido de fubá e confundiu as coisas. Ele não sabe o que é sigla partidária e o que é religião. Ele fez uma grande mistura.

Eu quero dizer que eu respeito o Partido dos Trabalhadores, que está governando este país muito bem, mas esta foi uma nota infeliz. E eu acredito que amanhã terei o mesmo espaço para poder dar a resposta.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre deputada, queremos aqui manifestar o direito da livre expressão da imprensa, da liberdade de imprensa, mas, por outro lado, esta matéria dá diferentes interpretações. E eu concordo com v.exa., pois discutir religião e fazer comentários sobre religião é um capitulo; discutir e respeitar os partidos políticos que compõem estatutariamente uma forma democrática de se comportar e se construir no país é outra. E ela é legítima, como é o PRB, que faz parte da base aliada; mais do que isso, é o vice-presidente da República José Alencar que tem história no país inteiro, não só na política como na sua atuação profissional.

Em terceiro lugar, nós, do PT, respondemos pelos nossos atos, respondemos por nossas ações e respondemos política e eticamente pela forma estatutária de contribuir com o nosso partido.

Por isso é lamentável e infeliz a reportagem construída pelo referido jornalista.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente. O meu tempo já está esgotando, mas na próxima oportunidade me manifestarei.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, eu quero registrar a presença, nesta Casa, de vereadores de Itá: Tânia Valmorbida, Nilso Martella, Sadi Pichetti, Sabino Minella e José Ari Rech.

É um prazer tê-los nesta Casa, e aqui não é diferente da Casa Legislativa que vocês atuam, que é a Câmara dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A Presidência registra, com muito prazer, a presença, nesta Casa, dos referidos vereadores.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, se fosse abordar o assunto que me traz a esta tribuna com profundidade, com certeza eu precisaria de pelo menos uma meia hora para poder fazer uma explanação um pouco mais ampla. Mas, de maneira mais sucinta e mais objetiva, eu gostaria de fazer uma pequena colocação em relação até mesmo ao que o deputado Joares Ponticelli explanou, no dia de ontem, referente aos 100 dias do governo Luiz Henrique da Silveira.

Eu tenho um critério comigo que norteia a minha vida política. Primeiro, de respeitar as pessoas. Segundo, de entender os discursos da Oposição nesta Casa, até porque são legítimos e constitucionais. A democracia assim exige que tenhamos Situação e Oposição nesta Casa e aqui, evidentemente, não poderia ser diferente. Mas às vezes escuto determinadas falações aqui da tribuna que merecem pelo menos uma pequena resposta em relação àquilo que propalam.

O deputado Joares Ponticelli, que lamentavelmente não está aqui, neste momento, teceu comentários sobre o governo do estado, no sentido de que ele não fez exatamente nada nesses 100 dias de governo, passando essa sua verdade para as pessoas que aqui estão e também para os telespectadores da TVAL, para a imprensa como um todo, dando a entender de que ele, na verdade, está aí feito um parasita, pois não faz exatamente nada. E nós, que acompanhamos *pari passu* esse trabalho de toda a estrutura do governo, ficamos indignados com isso, como foi o caso do deputado Manoel Mota, no dia de ontem, que acabou até se passando devido à sua indignação em relação àquilo que aqui foi colocado.

Só para citar, na minha região esta semana foi assinado um convênio, em Joinville, com a presença do governador, num total de R\$ 18.277.889,00. Para quê? Para reformas de inúmeras escolas e poderia citar aqui as 14 escolas que deverão ser reformadas em decorrência de verbas já direcionadas para esse fim. São escolas do município de Joinville e algumas de São Francisco do Sul, de Barra Velha, enfim, na nossa região.

Há também o caso de convênio firmado com a prefeitura de Joinville para construção de três novas escolas para o município, no Ademir Garcia, no Morro do Meio e também no Jarivatuba. Naquela mesma ocasião foi feito o repasse referente ao transporte escolar no valor de R\$ 1.190.039,00. Tivemos também, naquela mesma ocasião, referente ao art. 170, a assinatura de convênio de bolsa de estudo com as universidades: Univille, Sociesc, Ielusc, Educar e Cenec, num total de R\$ 2.629.634,00. Isso tudo perfazendo um total geral de R\$ 18.277.889,00.

Fora isso, eu tive o cuidado de dar uma olhada rápida nas inaugurações que foram feitas apenas neste mês de abril; inauguração da pavimentação asfáltica, da BR-470/Ibicuí; inauguração do ginásio Henrique Rupp; inauguração da Escola Básica Gasparino, em Campos Novos; inauguração da primeira cozinha comunitária móvel no município de Garuva, bem perto de Joinville; inauguração da Escola Básica Feliciano Nunes, em Brusque; inauguração da pavimentação de acesso ao município de Quilombo. E assim por diante, porque se eu for ficar falando em inauguração vão acabar os meus minutos.

Então, a verdade propalada nesta tribuna pelo deputado Joares Ponticelli com tanta veemência, parece e acaba passando para as pessoas que é a verdade que está acontecendo, quando na verdade essa realidade está na sua cabeça, essa realidade está na sua ânsia de fazer oposição ao governo nesta Casa, oposição que nós respeitamos, que é constitucional, desde que seja coerente e não fale coisas que não são reais, aqui nesta tribuna.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado, são poucos os minutos que me restam, mas concedo-lhe um aparte.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer obras importantes que o governo vem realizando na querida cidade de Joinville, e outras que está planejando para serem realizadas. Eu acho que o governo está fazendo isso. Acho não, tenho convicção de que está fazendo por toda Santa Catarina.

Estou inscrito para falar mais tarde e farei um relatório para mostrar quanto o governo vem realizando, fazendo obras, nesses 100 dias, mostrando assim que o governador está cumprindo a sua missão.

Por isso parabênize v.exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Veja, deputado Manoel Mota, que mostrei aqui, a grosso modo, mas há uma relação de 11 páginas de realizações e inaugurações por toda Santa Catarina. Por isso falei que se eu fosse mencionar caso a caso aqui, teria que dispor, pelo menos, de meia hora para citar obras que aconteceram neste governo.

Então é como eu digo, respeito e sempre respeitei os companheiros, parceiros de Casa, de Assembléia Legislativa, que estão fazendo o seu protesto, o seu papel de oposição. Só não entendo que a Oposição, por ser oposição, tenha que mentir; que por ser oposição tenha que assacar contra um governo que está trabalhando.

Façam oposição, critiquem, façam críticas, porque as críticas construtivas, inclusive, ajudam a aprimorar o trabalho deste governo. Mas críticas destrutivas, inverdades, acabam levando a indignação não só aos deputados da Situação, mas à muita gente que está vendo o que está sendo feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença do vereador Ari Vieira Simões, presidente do PSDB de Monte Castelo, que está nesta Casa acompanhando o vereador Paulo Ribeiro, do PT, também daquele município, que estará participando, em São José, do Encontro dos Vereadores, da Uvesc, que começa amanhã à tarde.

Eu, que sou oriundo da Câmara de Vereadores, vereador que fui, posso dizer que municipalista é aquele pára-choque da sociedade nas suas reivindicações do dia-a-dia. Com certeza a Uvesc, a partir de amanhã à tarde, no município de São José, dará aos vereadores mais suporte no seu dia-a-dia, na sua vida pública. E o tema importante que vai ser comentado amanhã pelo promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto, é a questão da "corrupção, o que eu tenho a ver com isso?" que está em alta neste país, e com certeza dará muito suporte à linha de trabalhos dos vereadores, nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro do deputado José Natal.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até 19 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa-tarde sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, também a TVAL, Rádio Alesc Digital, imprensa, funcionários desta Casa e visitantes que nos honram com a sua presença, vou seguir a mesma linha do deputado Nilson Gonçalves.

(Passa a ler.)

"Ontem, terça-feira, o deputado Joares Ponticelli ocupou esta tribuna, fazendo considerações e criticando obras que não estariam sendo executadas, principalmente na área da educação.

Gostaria de lembrar ao nobre deputado que das 160 unidades escolares existentes na Grande Florianópolis, apenas três contavam com ginásios de esportes construídos pelos governos anteriores, diga-se governo Amin. O governador Luiz Henrique construiu 35 e reformou os três já existentes. Há aproximadamente um ano o nobre deputado questionou o nosso líder, deputado João Henrique Blasi, afirmando que o governo do estado não construiu os 35 ginásios, a não ser que fossem subterrâneos. Na época, a secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis foi a campo, fotografou todos os ginásios informando os respectivos endereços e se preocupou em fazer dois álbuns. Um desses álbuns foi entregue ao nobre deputado Joares Ponticelli, comprovando que os ginásios foram construídos, equipados e que não são subterrâneos.

Gostaria também de lembrar que apenas na área da educação na Grande Florianópolis, o governo do estado, por meio da secretaria do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis construiu mais de uma centena de salas de aula, além de implantar novas escolas, entre elas a Escola Jovem de Praia Comprida, em São José, para mais de dois mil alunos; a Escola Leonor de Barros, no Itacorubi, na capital,

para 1,5 mil alunos, e a Escola Jovem de Canasvieiras, também na capital, para outros dois mil alunos. Com isso houve um incremento, na capital, de 20% da capacidade de vagas nos ensinos médio e fundamental.

Nós do PMDB respeitamos a Oposição. Mas fazer oposição por oposição é irresponsabilidade.

Ao assumir o governo do estado em 2003, o governador Luiz Henrique da Silveira encontrou em situação calamitosa mais de 120 escolas, das 160 instaladas na Grande Florianópolis. Essa situação está sendo completamente revertida com a recuperação de todas elas, entre as quais o Colégio Benoniveo João Martins, em Palhoça, cuja ordem de serviço, no valor de R\$ 1 milhão, foi dada em 2006. Dentro de aproximadamente quatro meses o mesmo colégio também estará totalmente recuperado.

A respeito da falta de respeito e do infeliz slogan criado pelo nobre deputado - falarei apenas da Grande Florianópolis, região que fica mais perto, mais fácil de fiscalizar, v.exa. tem curtas distâncias para conferir, fiscalizar, fotografar e filmar -, citarei que o governador Luiz Henrique da Silveira, também por meio da secretaria de Desenvolvimento, da descentralização, da Grande Florianópolis, o nosso governo, o meu governo, está pagando as promessas feitas e não cumpridas, sim, pelo outro, o ex-governador. Por exemplo: somente neste ano, na Grande Florianópolis, foram inaugurados importantes acessos de pavimentação asfáltica, como os de Varginha e Pagará, em comunidades rurais do município de Santo Amaro da Imperatriz, e da Tapera, no sul da ilha de Santa Catarina.

Outras importantes obras estão em execução com a colocação da pavimentação asfáltica sendo realizada nestes dias, portanto, sem estarem paralisadas. São elas: acesso a Três Riachos, em Biguaçu; acesso a Rio Bonito, em Rancho Queimado; acesso a Governador Celso Ramos pela orla marítima; acesso a São Pedro de Alcântara/BR-101 (São José), por três quilômetros e com convênios já assinados para o resto da execução; acesso a BR-282/Anitápolis; pavimentação asfáltica da avenida Bom Jesus de Nazaré, em Palhoça.

Essas obras, aqui do lado, a olhos vistos, estão à disposição de v.exa., deputado Joares Ponticelli (que é uma pena que não esteja aqui), para serem fiscalizadas e verificadas sua veracidade. E, assim como está acontecendo na Grande Florianópolis (esses são só alguns dados que peguei), está ocorrendo em todo o estado, mostrando que o slogan correto é Cem Dias com Centenas de Obras.

Aproveito para convidar o deputado Joares Ponticelli a comparecer na inauguração da ponte do Rio Mampituba, que une Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, entre os municípios de Passo de Torres e Torres. A ponte, com 108 metros de extensão e mais de 800 metros de acesso do lado catarinense, será inaugurada na sexta-feira desta semana, às 11h, com a presença de autoridades parlamentares, do governador Luiz Henrique da Silveira e da governadora do Rio Grande do Sul, leda Crusius.

'A participação do governo catarinense foi fundamental e viabilizou a obra. Com a ponte e a instalação da rede de água e esgoto pelo governo, através da Casan - rede esta já em fase de conclusão - teremos a infra-estrutura que permite um surto de desenvolvimento no município.' As palavras são do prefeito de Passo de Torres, sr. Newton Bittencourt da Silva.

Para completar, lembro também que no mês passado o governador inaugurou a pavimentação de oito quilômetros da SC-443, entre os municípios de Morro da Fumaça e Sangão, no sul do estado, na minha região. Um sonho antigo dos moradores daqueles municípios, que só foi realizado agora, com o governo descentralizador de Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputada Ada De Luca, uma líder, uma guerreira. Foi bom ontem o eminente deputado Joares Ponticelli levantar o tema cem dias sem obras, sem ação de governo. Isso fez com que houvesse uma reação dos parlamentares. O deputado Nilson Gonçalves veio aqui e citou uma relação extraordinária de obras que estão sendo feitas e outras que vão acontecer, que já foram feitos os convênios, em Joinville.

Agora v.exa. também mostra obras que estão sendo feitas e outras que estão em reforma. Quer dizer, é o governo em ação. Eu tenho convicção que também o lageano deputado Elizeu Mattos, fará uso da tribuna e também estará trazendo uma relação de obras. Eu tenho dezenas de obras para relatar ao povo catarinense, que mostram que o governo está trabalhando em benefício de Santa Catarina.

Por isso, quero cumprimentar v.exa. e dizer que este é o caminho, ou seja, trabalharmos para mostrar o bom governo que temos. A Oposição está no seu papel fazendo a fiscalização, mas não pode entrar nesse campo, dizendo que não fez, para tirar proveito. Então, hoje estamos mostrando para a sociedade catarinense o que o governo está construindo para a sociedade catarinense, porque esse é o compromisso do Plano 15, de Luiz Henrique/Leonel Pavan.

Parabéns, deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - É o slogan de agora: Cem dias e centenas de obras.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não, deputado Professor Grando, o seu aparte também engrandecerá os anais desta Casa!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputada Ada De Luca, é importante a sua firmeza. Conheço todas as obras da Grande Florianópolis que v.exa. mencionou, começando pela nossa ilha e nos municípios que compõem a Grande Florianópolis, são muitas obras importantes. É bom que possamos divulgar e ter a oportunidade, através da Assembléia, de dizer quais são as obras e como se encontram e aceitar as críticas, sim, a nossa tradição é democrática. Nós temos um compromisso maior com o povo, mas que nunca se falte

com o respeito e nem se culpe sempre uma pessoa como sendo responsável por tudo. Isso se chama fulanizar. Nós sabemos que temos vários administradores, várias empresas trabalhando, algumas delas às vezes cometendo falhas e não realizando a obra dentro dos prazos, mas dizer que em todos os casos, sempre o governo...

Eu tenho acompanhado, está em dia, principalmente dentro do BID IV, quarta parte, virá a quinta parte do BID IV, sempre está em dia com os pagamentos. As vezes uma empresa faz com que o seu preço seja o menor possível para ganhar a licitação e depois não consegue cumprir, como o caso de Timbó Grande que aqui foi mencionado e outros casos mais.

Quero dizer que quem foi administrador municipal, como nós, sabe que há falhas nas leis que permitem muitas empresas aventurarem um preço mais baixo possível e depois não conseguem cumprir. Isso aconteceu no governo em alguns casos, poucos casos, mas que não permite à Oposição, sem conhecimento de causa, utilizar isso como uma crítica. E quero dizer que se está cumprindo o programa. Cada vez me convenço mais de que não há sistema revolucionário tão importante e tão transparente junto ao cidadão, resolvendo os seus problemas do dia-a-dia, como a descentralização.

Com certeza já estamos sentindo, hoje, a necessidade de uma nova reforma tributária, de um novo pacto federativo, que nada mais é do que descentralizar não somente a questão tributária, mas a forma de governar. E os agentes públicos devem estar presentes na população humilde para não deixar o narcotráfico tomar conta. É nesse sentido que elogio v.exa. por tanta firmeza neste relato de obras e temos muito mais.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigada, deputado Professor Grando. Agora eu divido o espaço do meu partido com o deputado Elizeu Mattos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, pelo tempo restante do horário destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero dar continuidade praticamente à fala da deputada Ada De Luca. Acho que não podemos ser levianos, fazer fotos para aparecer em jornal, como o deputado que preside o partido, que já foi governo do estado e muito pouco fez, e aparece com um papel, com uma placa dizendo: Cem dias, sem nada.

Em primeiro lugar, nós temos aqui que lembrar que não são 100 dias de governo, são quatro anos e 100 dias de governo. Não parou o governo e começou outro, o governo continua, as coisas continuam acontecendo. E nós não podemos ser levianos e dizer que não está acontecendo nada. Só não vê quem não quer, o que está acontecendo!

Nesses 100 dias, se formos citar obras, deputado Pedro Uczai, nós podemos aqui, em 100 dias, ter no mínimo dez obras inauguradas por dia. São dez obras! Se o deputado acha que não, está aqui: temos quase 20 folhas com dez atos diários. Está aqui!

Mas podemos ir mais longe. Lá na serra catarinense, a nossa região, ele diz que não está acontecendo nada. E quando o deputado tirou aquela foto, eu não consigo imaginar qual é o estado que ele está morando! Com certeza não é em Santa Catarina, e se estiver morando aqui, está precisando, urgentemente, de um médico, pois está enxergando muito pouco, não está vendo o que acontece no estado! Ele não tem acompanhado o que acontece aqui!

Mas lá na nossa região, na serra catarinense, daqui a alguns dias, deputado Romildo Titon, estará sendo inaugurada a hidrelétrica Campos Novos. Provavelmente, no mês que vem, estará sendo inaugurada essa obra tão reivindicada por Celso Ramos.

Daqui a um mês, ou no máximo em dois meses, estará sendo iniciada uma obra em parceria, Anita Garibaldi/Rio Grande do Sul. E na semana que vem - e o governo não é só obra, e sim também ações -, no dia 19, até convidei todos os parlamentares, lá em Otacilio Costa, numa ação do governo, da descentralização, da secretaria Regional, estaremos dando início na primeira indústria de MDF do estado de Santa Catarina, que vem agregar valor, que vai movimentar a serra catarinense.

As obras têm acontecido, o aeroporto regional estava parado, na parceria, e foi retomado em janeiro deste ano, na nossa região; a unidade da Klabin, estamos acertando, ela irá ampliar sua unidade. São coisas e mais coisas!

Nós não podemos aqui simplesmente achar os defeitos. Eu quero repetir, quem foi prefeito sabe, o deputado Pedro Uczai foi prefeito, se não existirem problemas, não precisa haver o Parlamento, o governador, não precisa haver prefeito, vereador, estaria tudo funcionando. Para que é eleito o governador? É para ajudar a amenizar e solucionar os problemas existentes. Problemas existem e são vários.

Agora, temos que fazer o reconhecimento, neste estado temos que classificar uma coisa: nós tínhamos até 2002, deputado Kennedy Nunes, um velho estado, nós temos de 2003 para cá, um novo estado, uma nova maneira de pensar, uma nova maneira de governar, um novo jeito de desenvolvimento regional, que a nossa população aprendeu. Não adianta dizer que a população não aprendeu! Aprendeu, respondeu nas urnas! A melhor pesquisa acontece nas urnas, e elas estavam lá aprovando o governo Luiz Henrique.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos, quero cumprimentar v.exa. e dizer que acho que valeu a pena o desafio da Oposição, no dia de ontem, do deputado Joares Ponticelli, porque hoje, pelo que vejo aqui, todas as bancadas de Situação vêm com uma relação de obras, que foram feitas nos últimos dias e nos últimos quatro anos.

Na verdade, deputado Elizeu Mattos, as urnas, o voto, escolhe a Situação e a Oposição. O dever da Situação é trabalhar, é mostrar o nosso trabalho, é mostrar as realizações, e ter consciência de que por muito que possamos fazer, nunca se consegue fazer aquilo que precisaria ser feito. Mas também não podemos ignorar aquilo que é feito.

A Oposição tem o direito de criticar, tem o direito de fiscalizar, mas também não pode omitir aquelas coisas que acontecem. Não se pode dizer que o governo tem 100 dias sem nada. O governo nesses 100 dias, eu acredito que não tenha passado uma semana, sem ter inaugurado uma meia dúzia, ou até mais que isso, de obras, em todos os setores. A prova é este relatório que a deputada Ada De Luca apresenta, que tem o deputado Renato Hinnig, que com certeza tem o deputado Manoel Mota, que tem v.exa., que tem o deputado Edson Piriquito, que tem o deputado Darci de Matos, ou seja, todos da Situação.

Então, eu acho que esta Casa aqui é a Casa da crítica, mas também é a Casa de mostrar a verdade. E quando levamos, muitas vezes, a inverdade, ela acaba se tornando verdade. Assim, é nosso dever, nossa obrigação. E tenho orgulho de estar aqui defendendo o governador Luiz Henrique da Silveira, porque na região de Concórdia foi um desafio, se compararmos as ações dos governos passados com o governo atual.

Então, temos alguma coisa que precisa ser mostrada, que precisa ser dita. E temos que ter, deputado Elizeu Mattos, a consciência de que precisamos fazer muito ainda para este estado ser o estado que todos nós queremos.

Muito obrigado e parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS

- Agradeço o aparte do deputado Moacir Sopelsa. Vou falar, no segundo momento, sobre educação.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao deputado Edson Piriquito, que hoje vai ter 30 segundos e não oito minutos.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Obrigado pela oportunidade, deputado Elizeu Mattos. Eu pergunto ao deputado que disse que em 100 dias o governo não fez nada, sem nada: o que ele fez nos 1601 dias que aqui está? O que ele fez em prol do povo catarinense? E que nos apresente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ontem o deputado Joares Ponticelli disse que o deputado Kennedy Nunes apresentou um filminho. Ontem ele estava apresentando um filme. Cuidado, cobra do deputado Kennedy Nunes e diz que o deputado Joares Ponticelli está dizendo que os seus filmes, são filminhos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu quero apenas cumprimentar o nosso grande prefeito de Capinzal, capital catarinense do chester, ou seja, capital brasileira do chester, que hoje nos visita aqui na Assembléia e está a serviço da prefeitura na capital do estado. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, passamos a palavra ao deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, pretendo dar aqui dois enfoques nas minhas colocações. Primeiro, sr. presidente, como deputado de Joinville, representando a região do vale de Itapocu, região norte e nordeste de Santa Catarina, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves e com o deputado Kennedy Nunes, não poderia deixar de fazer menção, a exemplo do que fez o deputado Nilson Gonçalves, ao ato de assinatura de convênios para repasse de recursos para Joinville, deputado Kennedy Nunes, na ordem de aproximadamente R\$ 18,277 milhões.

Essa foi uma ação importante, pertinente, do governo do estado. É claro, esses recursos são recursos para reformas de escolas, para bolsa de estudo, para o transporte escolar, mas, sobretudo, são recursos, deputado Kennedy Nunes, para a construção de mais três novas escolas no município de Joinville. Escolas essas que vão dar condição de acabarmos com o turno intermediário que temos ainda em algumas comunidades do nosso município.

É claro que respeitamos os pronunciamentos da Oposição, mas também, eu entendo, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, que no momento em que o governante faz uma ação pró-ativa, positiva, temos que elogiar, temos que enaltecer. E foi isso que o deputado Onofre Santo Agostini e eu fizemos na tribuna, no dia de hoje, enaltecendo a ação do governo Lula, porque a ação do governo Lula, no dia de ontem, foi uma ação digna de elogio de todos os partidos.

Quero, sr. presidente, utilizar o meu espaço para falar, também, de outro assunto, que diz respeito ao acontecimento marcante, importante, que se deu no dia 30 de março, na ONU. Nesta data a ONU obteve a assinatura de 30 países à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Este foi o primeiro tratado sobre direitos humanos do século.

Ora, esse acontecimento é de fundamental importância, porque nós passamos a ter uma força a mais, nós passamos a ter uma forma de mobilização a mais no sentido de que nós possamos, deputado Manoel Mota, através das nossas ações, garantir os direitos dos portadores de deficiência.

E, nesta esteira, apresentei à Mesa Diretora desta Casa uma proposição para que nós criássemos o Fórum Catarinense de Garantias do Direito do Portador de Deficiência. Isso é muito importante porque nós, segundo a ONU, temos no Brasil, deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, 14,5% da população portadora de algum tipo de deficiência. Portanto, no Brasil, são aproximadamente 24,5 milhões de pessoas que portam algum tipo de deficiência. E, no mundo, são 500 milhões de pessoas.

Ora, nós temos o dever de promover a inclusão desse segmento tão importante e muitas vezes tão desprestigiado, um segmento que não tem tido a atenção devida da população.

Entendemos que com esse fórum, deputado Manoel Mota, nós vamos ter a condição de debater, de discutir, de propor ações para que possamos promover a inserção dos portadores no mercado de trabalho, promover a acessibilidade dos portadores, promover o lazer dos portadores, mas, sobretudo, promover a inclusão desse segmento tão importante.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. pelo trabalho que, em tão pouco tempo, vem realizando, e hoje abordando um problema importante, fundamental, uma preocupação que deve ser de todos nós, de estender a mão para alguém que não teve a felicidade de nascer como nós somos. Quero parabenizar e reconhecer o trabalho que vem fazendo.

Ficamos felizes em saber que foram repassados mais de R\$ 18 milhões para Joinville. Gostaria de dizer que é fruto de um trabalho dos parlamentares, fruto de uma sociedade forte, que é Joinville, de uma cidade que merece todo o respeito, de uma cidade que elegeu o governador Luiz Henrique por quatro vezes.

Quero cumprimentar v.exa., cumprimentar todos os deputados de Joinville e dizer que é uma luta conjunta, e esse tipo de ação está acontecendo por toda Santa Catarina.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado!

Na reforma da previdência cometeu-se a grande injustiça do século, no meu entendimento. Vejam bem, para que uma família com alguém que tenha deficiência mental ou motora receba um salário mínimo, é necessário que comprove que recebe apenas 1/4 de um salário mínimo. Isso significa que para dar R\$ 350,00, a Previdência exige que a família prove que sobrevive com R\$ 87,50 por mês. Isso é um absurdo e essa é uma grande injustiça.

Sr. presidente, eu entendo que precisamos promover ações no sentido de sensibilizar as empresas para que façam valer, deputado Kennedy Nunes, uma lei que existe há muitos anos e que não é cumprida, que diz que uma empresa que possui de 100 a 200 trabalhadores, tem que admitir 2% de portadores de deficiência; de 200 a 500, 3%; de 500 a 1.000, 4%, e acima de 1.000, 5%. Isso não acontece. E a inserção, no mercado de trabalho, dos portadores de deficiência, é um direito e um dever de todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PT.

Com a palavra, o sr. deputado Pedro Uczai por até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo esta tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores, em nome da bancada do nosso partido, para falar sobre dois temas. Vou deixar os comentários, as avaliações sobre os 100 dias do governo do estado para amanhã.

Antes de falar das grandes vitórias do nosso governo Lula, não poderia, como presidente do Partido dos Trabalhadores, deixar de falar do momento histórico que nós vivenciamos no dia de ontem, em Brasília, junto com vários colegas deputados, e chamar a atenção com relação à Emenda n. 3, que o deputado Dirceu Dresch já trouxe à esta tribuna hoje à tarde.

Todos os deputados aqui e nós do governo federal, temos um arco de alianças, chamado governo de coalizão, e precisamos do apoio de todos os deputados da base aliada do governo Lula para manter o veto do presidente. Esta Casa votou uma moção aqui para que os deputados federais e senadores mantenham o veto do presidente da República à Emenda n. 3. Quero parabenizar esta Casa e o deputado Dirceu Dresch pela iniciativa. Agora precisamos dar mais um passo. O que significa a Emenda n. 3? É o instrumento fundamental de destruição dos direitos trabalhistas deste país, é a flexibilização das relações de trabalho na medida em que a emenda impede os fiscais de fiscalizarem diretamente as empresas e de aplicarem multas. Com isso, flexibiliza, permite que empresários não paguem 13º salário, férias, hora extra, permite até, deputado Nilson Gonçalves, trabalho escravo, porque o fiscal do Ministério do Trabalho não poderá multar e proceder à fiscalização direta lá na fazenda. Portanto, é preciso manter o veto do presidente à Emenda n. 3 porque, caso contrário, será a destruição dos direitos da classe trabalhadora.

O deputado Darci de Matos está sensibilizado com a questão social dos deficientes ou com a crítica à reforma da previdência. Mas todos os parlamentares da base aliada do governo federal, que é o PMDB e que ainda não se manifestou sobre o veto, o PP que também não se manifestou sobre o veto, o PRB e o PTB, têm que se manifestar. O PSB, PC do B, PT e PDT já se manifestaram partidariamente para manter o veto do presidente da República. Outros partidos ainda não se manifestaram. Mas é a destruição dos direitos da classe trabalhadora que foi conquistado a duras penas, com muita luta, resistência e muito sangue derramado neste país e que, conseqüentemente, será a volta ao que acontecia antes das leis trabalhistas, antes dos direitos da classe trabalhadora.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Pedro Uczai, não vetar esta emenda, por parte do nosso presidente Lula, seria instituir a relação espúria de trabalho nesse Brasil. Imaginem se não houvesse fiscalização como seria a questão do trabalho infantil que ainda existe, em muitas regiões, principalmente, no nordeste?

Dia 8 último, tivemos o Dia Mundial de Combate aos Acidentes de Trabalho e Doenças do Trabalho. Imaginem se não houver fiscalização, como será o dia-a-dia das empresas onde não temos acompanhamento. O trabalho das fazendas, principalmente do norte e nordeste, onde trabalhadores são levados em caminhões de pau-de-arara para o interior das fazendas e as famílias sequer sabem aonde vão parar.

O nosso presidente da República está mostrando nitidamente que não esquece a sua história e a sua origem e para nós é uma questão de honra fazer com que essa emenda seja efetivamente rejeitada por ele.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Jailson de Lima.

O segundo assunto que eu quero abordar é o seguinte: os demais colegas de partido e os próprios deputados da Oposição, o PP, os partidos aliados estão em festa, hoje, depois do que aconteceu em Brasília. Até deputados do PFL, que estão agora do meu lado, e do PSDB tiveram que aplaudir o presidente Lula ontem, deputado Moacir Sopelsa. Foi uma extraordinária experiência política. Eu, que fui presidente da Fecam, fui prefeito da cidade de Chapecó, vivi essa experiência antes do presidente Lula, quando na ocasião Cláudio Prisco Paraíso disse que daria três a zero para o Lula em relação a Fernando Henrique Cardoso. E deu três a zero, sim, porque do governo anterior todas as demandas municipalistas estavam reprimidas e não estavam sendo atendidas.

O governo Lula agilizou para que o salário educação fosse destinado direto aos municípios; o governo Lula agilizou o transporte escolar, que não existia, do governo federal para os municípios; o governo Lula agilizou a merenda escolar, inclusive para a educação infantil, e triplicou o seu valor; o governo Lula está começando a repassar os recursos da Cide para os estados e para os municípios; o governo Lula modificou a lei do ISS, ampliando mais de R\$ 8 bilhões para os municípios brasileiros. E agora o governo Lula está ampliando o FPM para mais 1%, ou seja, de 22,5 passa para 23,5, mais de R\$ 1,3 bilhão aos cofres municipais. Essa festa, essa alegria é uma conquista nossa. Mas ele fez mais ainda: o governo Lula garantiu, ontem, o fim da contrapartida de municípios para projetos estratégicos como saneamento e habitação previstos no PAC. Serão mais 12 bilhões, deputado José Natal, para saneamento e habitação.

É nessa direção que serão conquistados mais direitos aos municípios deste país.

Em terceiro lugar, eu quero dizer que um problema que os municípios têm é a dificuldade de assistência técnica. A Caixa Econômica Federal vai abrir mais nove salas de atendimento às prefeituras nas capitais e com certeza Florianópolis também receberá um atendimento especial nas prefeituras, incluindo assistência técnica para os municípios que têm dificuldades na elaboração de projetos. Eles têm recursos, mas têm dificuldade de elaborar projetos técnicos para a viabilização desse próprio recurso. Por isso que o governo recebeu 50% de aprovação e a pessoa do presidente recebeu 63,7% de aprovação.

Em outro momento, nós vamos discutir a economia, porque ontem o Brasil bateu recorde dos países emergentes do mundo: 156 pontos. Entre todos os países emergentes, é o menor índice de risco país para produzir investimentos num país chamado Brasil.

Nós estamos de festa, estamos de alegria, ampliando e batendo recorde de geração de emprego no país, recorde de investimento do PAC e por isso, com certeza, deputado José Natal, vamos fazer um comparativo entre o PAC e os investimentos da infra-estrutura em Santa Catarina com o governo do estado em relação às suas centenas e tímidas obras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL, que nos acompanha pela Rádio Digital Alesc, colegas de imprensa que estão aqui também, pessoas que nos acompanham na tarde de hoje, eu quero utilizar bem este tempo, até porque ouvi o que os deputados da base da Situação falaram hoje aqui com relação aos 100 dias de governo.

Eu, ontem, assomei à tribuna para falar sobre o evento que eu fui e que aconteceu, ontem, em Joinville. No início do evento, eu encontrei lá o deputado Darci de Matos, mas como eu e a minha bancada tínhamos um almoço com o procurador que estaria aqui assumindo a promotoria pública, não pudemos ficar até o final. Mas hoje, ouvindo os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos falarem a respeito do evento que aconteceu em Joinville, eu fiquei sem entender algumas coisas.

O convite que nós recebemos e a informação que saiu, hoje, na imprensa é que o governo do estado teria liberado um pacote de R\$ 20 milhões para a Educação. O deputado Nilson Gonçalves tem em suas mãos um papel e o deputado Darci de Matos afirma que são 18 milhões de reais e mais alguma coisa, ou seja, 10% de diferença. O anúncio é de R\$ 20 milhões, mas na verdade são R\$ 18 milhões.

E o que me preocupa, é quando a bancada da Situação vem aqui falar das obras que estariam sendo inauguradas, porque parte desses R\$ 18 milhões que foram anunciados, ontem, em Joinville, para a Educação, deputado Jandir Bellini, são referentes ao art. 170. O que é isso? Obrigação! Parte do outro dinheiro, em torno de R\$ 5 milhões, é para o transporte escolar. O que é isso? Obrigação!

Então, fazer desse papel de obrigação, que está garantido por lei, como se fosse uma obra da descentralização, fica complicado. Mas vamos falar daqui. Segundo o jornal *ANotícia* e o jornal *Diário Catarinense*, o montante de R\$ 7,5 milhões estava sendo destinado para a construção de três novas escolas, para acabar com o turno intermediário. Foi colocado, também, que hoje, em Joinville, há muitas crianças no turno intermediário.

A matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"No início do quinto ano de governo, Luiz Henrique voltou a se queixar da herança recebida do governo anterior.

[...]

As três escolas anunciadas ontem abrem a fase de construções em Joinville no governo de Luiz Henrique: desde 2003, o Estado não construiu nenhuma unidade nova na cidade. Apenas investiu na recuperação de escolas, o que não impediu a interdição de prédios pela Vigilância Sanitária."

Agora, há uma coisa aqui que me deixa muito estagnado!

(Continua lendo.)

"A construção das escolas ficará sob a responsabilidade da Prefeitura. Cada unidade deverá receber mil matrículas, desafogando escolas vizinhas."

Quando lemos uma notícia dessas, deputado Clésio Salvaro, nós vibramos! Mas há um ponto e depois continua a frase assim:

(Continua lendo.)

"Ainda não existe data para o início das obras." [sic]

Então, fazer um movimento para anunciar a colocação de uma intenção, sem início de obra! Eu pensava que o governador iria anunciar o início das obras e entregar a ordem de serviço! Mas não, ele foi lá só para dizer que estava repassando o dinheiro do art. 170, que estava repassando o dinheiro do transporte escolar, como se isso, deputado Pedro Uczai, fosse obra da descentralização. Isso é garantido por lei, é obrigação!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Kennedy Nunes, só para lhe informar melhor, quero dizer a v.exa. que a liberação foi de R\$ 22,5 milhões, se contarmos com o transporte escolar, com o art. 170 e mais a reforma das 14 unidades de Joinville e das três unidades dos municípios de São Francisco do Sul e Joinville.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Isso está me fazendo lembrar a reforma administrativa. O Sérgio Alves fazia uma coisa, o Ivo Carminati falava outra, os deputados da base falaram em R\$ 18 milhões, anunciam R\$ 20 milhões e v.exa. vem com R\$ 22,5 milhões. Isso é mágico!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - É típico de quem não consegue fazer a leitura correta.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Talvez seja, então, a imprensa ou a sua base de governo, porque só estou refletindo aquilo...

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Eu estou lhe passando a informação correta.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Então, está bem!

Mas, srs. deputados, neste um minuto e meio que me resta - eu gostaria que os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos me ouvissem -, eu vou fazer a leitura de um e-mail que recebi de uma professora de Joinville:

(Passa a ler.)

"Manifesto de uma família brasileira
Infelizmente, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, País: Brasil, nesta terça-feira, mais uma vítima fatal de leptospirose e por consequência da incompetência do SUS. ESSE SISTEMA falido que não foi capaz de detectar a doença nas três visitas que o paciente, meu filho, Carlos Roberto Lehmert, fez, sugerindo os médicos do PA-SUL, para ele tratar-se em casa pois diagnosticaram uma simples infecção aguda das vias aéreas superiores! Os prontuários de atendimento do SUS estão comigo para quem quiser ver.

Que Deus ampare o meu filho que foi vítima de negligência, imprudência e imperícia médica, despreparo mesmo desses médicos que atendem nos Prontos Atendimentos de Joinville, muitas vezes sem respeito às pessoas, afinal as reclamações são muitas, até por falta de competência desses profissionais, além de aceitarem o descaso governamental, que não lhes dá estrutura para trabalhar.

Meu filho foi mais uma vítima do SUS. Deixou sua família em desamparo. Poderia ter sido qualquer um de nós, eu ou você que está lendo essa matéria nesse momento, independentemente de nossas condições ou domicílios. Todos estão sujeitos por qualquer circunstância a cair em hospital do SUS, não é verdade?

MAIS UMA VEZ TEMOS QUE CITAR O CLICHÊ: DESCASO TOTAL COM A VIDA HUMANA.

O GOVERNO NÃO ESTÁ NEM AÍ PARA O SANEAMENTO BÁSICO.

(...)

VENINA DE MIRANDA LEHMERT."

[sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu não pude fazer o pedido ao deputado Kennedy Nunes enquanto fazia o pronunciamento por falta de tempo. Então, gostaria de solicitar a ele que me conseguisse uma cópia dessa leitura para que eu pudesse também levar isso adiante e ver o que podemos fazer com essa cidadã joinvilense.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do presidente do Partido dos Trabalhadores, de Trombudo Central, sr. Diego. Seja bem-vindo à Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores da Assembleia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, como o presidente do PDT, da cidade de São José, quero cumprimentar todas as pessoas presentes e voltar ao tema que discutimos, na tarde de ontem, com relação à Polícia Militar e à Polícia Civil, uma discussão ou quase briga a respeito das atribuições, das competências dessas duas instituições.

Em 1995, como eu falava ontem, a partir da vigência da Lei n. 9.099, foi criada a figura do termo circunstanciado que substitui o inquérito policial. Esse termo circunstanciado diz respeito a contravenções penais e a crimes de pequeno poder ofensivo, de pena até dois anos de reclusão. Essa lei tem o objetivo de facilitar, de agilizar e de desburocratizar o processo de investigação e de tramitação judicial naqueles crimes que ela aborda e abarca.

Nós estamos fazendo, neste momento, uma discussão sobre esse assunto e eu queria dizer, vou repetir, que não se trata aqui, deputado Kennedy Nunes, deputados Moacir Sopelsa, deputada Ada De Luca e demais colegas, de estabelecermos uma briga entre as Polícias Militar e Civil, até porque o que nós defendemos é a unificação das duas forças policiais numa polícia única, no sentido de que a polícia do futuro possa organizar as suas tarefas de forma a criar uma harmonia entre o serviço de investigação, no caso mais específico das atribuições judiciais, e o serviço de prevenção ou de combate propriamente dito à violência.

Assim sendo, nós queremos dizer que não concordamos com o confronto entre as Polícias Civil e Militar, como também não concordamos com essa briga em torno de quem é a competência, porque nessa discussão sempre quem vai sair perdendo é a população.

Deputada Ada De Luca, este é um assunto de interesse da população como um todo. E nós, praças, sempre defendemos uma polícia, vamos dizer assim, cidadã, uma polícia voltada para resolver os reais problemas da falta de segurança do povo; uma polícia voltada para atender o cidadão comum, uma pessoa na sua casa, na rua, no seu trabalho, etc. Não uma polícia de classe que esteja sempre a postos para acudir e atender os poderosos da sociedade, que é o que tem acontecido, historicamente, na nossa sociedade, lamentavelmente.

Então, para que as polícias ou as instituições de segurança possam efetivamente dar uma resposta mais efetiva, mais eficiente para a população que precisa e que clama por mais segurança, é preciso que nós, de forma desarmada, discutamos o trabalho integrado - integrado não é só no nome, na cor da viatura, é integrado na prática cotidiana - e não fiquemos em uma discussão que eu atribuo como mesquinha de quem pode fazer determinada coisa, porque enquanto isso a população continua esperando para saber qual polícia vai fazer a investigação, qual polícia vai abordar uma situação de conflito, qual polícia vai investigar um determinado estabelecimento comercial, um bar, sem licença, sem condições sanitárias, que se torna, muitas vezes, nas comunidades mais empobrecidas, um foco de concentração e de atuação de traficantes.

A população, srs. deputados, não quer ficar esperando que se discuta em Brasília, ou aqui na Assembleia, ou no Supremo, ou no Poder Judiciário, ou no Tribunal de Justiça de quem é a competência! A sociedade quer que exista a presença do estado através da polícia para resolver e não importa para a população qual polícia vai fazer isso.

Esta era a reflexão que tínhamos a fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, as quais terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projeto de Lei n. 0008/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares;

Projeto de Lei n. 0044/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias:

Ofício n. 0006/2007, de procedência de entidade social;

Ofício n. 0007/2007, de procedência de entidade social.

Comunica, também, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0075/2007, de procedência de entidade social.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0016/2007, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Rua Saxônia e Transversais, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu estava vendo aqui, sr. presidente, que temos alguns projetos para votação, com parecer favorável, de entidades que estão sendo declaradas de utilidade pública.

A minha proposta é que fosse feita uma votação em bloco, para que pudéssemos adiantar os nossos trabalhos, dos projetos de lei que declaram de utilidade pública, pois todos contam com parecer favorável. Então, se pudéssemos fazer, por exemplo: temos os Projetos de Lei n.s.: 0016/2007, que está em discussão; 0026/2007, do deputado Gilmar Knaesel; 0028/2007, do deputado Manoel Mota; 0033/2007, do deputado Joares Ponticelli; 0035/2007, do deputado Clésio Salvaro; 0049/2007, do deputado Manoel Mota; 0053/2007, do deputado João Henrique Blasi; 0054/2007, do deputado Julio Garcia; 0055/2007, do deputado Nilson Gonçalves; 0068/2007, do deputado Clésio Salvaro. Os restantes são de denominação.

Então a minha proposta é que fossem votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Acolhendo a sugestão do deputado Kennedy Nunes, consulto os srs. autores das proposições.

(Os autores das proposições aquiescem.) Com a aquiescência dos srs. deputados, assim procederemos.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0016/2007; 0026/2007; 0028/2007; 0033/2007; 0035/2007; 0049/2007; 0053/2007; 0054/2007; 0055/2007 e 0068/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0009/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que denomina Antônio Henrique Bulcão Viana o hangar do governo do estado junto ao aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0025/2007, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que denomina Rodovia Alexandre Passos Puzyna a Rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 - Santa Cruz do Timbó/Despraiado, no município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0183/2007, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0184, 0185 e 0186/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, essas duas indicações são importantes, porque a Marcegaglia, que foi instalada em Garuva, no governo do Esperidião Amin, juntamente com a Cebrace, a Vega do Sul e a Amabel, foram empresas colocadas lá por causa de uma lei do IDH, e a Marcegaglia trouxe um desenvolvimento muito grande para Garuva, os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos sabem disso.

Agora a empresa Marcegaglia está querendo ampliar a sua produção, e o seu parque fabril, e não tem condições suficientes de fornecimento de gás e de energia elétrica.

Então eu peço veementemente ao presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, e ao presidente da Companhia SCGás, Ivan Ranzolin, para que possam ser parceiros do município de Garuva, instalando esta rede, tanto de energia elétrica, como de gás, para dar o suporte que a Marcegaglia precisa, para triplicar a sua produção e o seu parque fabril.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Será enviada também a indicação n. 0186/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

O Sr. deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu sou um profissional da comunicação e tenho uma atividade, um contato muito grande com as pessoas, e no meu escritório regional estamos tendo um problema, não sei se os nobres deputados estão tendo também, ou já reclamaram. É que as empresas telefônicas estão encaminhando as faturas no dia do vencimento. Quer dizer, vence hoje, a fatura chega hoje, e pelo código do consumidor há um prazo de, no mínimo, cinco dias para que chegue a conta e você se programe para fazer o pagamento. E isso não está sendo respeitado pelas empresas de telefonia fixa aqui em Santa Catarina.

Por esse motivo, encaminhamos o nosso pedido ao Procon estadual que chame os representantes e exija, porque nós estamos sendo obrigados a pagar juros de mora, uma vez que a conta chega depois do horário de funcionamento bancário. Solicitamos ao Procon e a esta Casa, se for o caso, que chame os responsáveis para colocar ordem nessa questão do consumidor sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência comunica que encaminhará, então, esta indicação aos responsáveis, Procon e Brasil Telecom, assim como as Indicações n.s.: 0187, 0188 e 0189/2007, de autoria do deputado Darci de Matos; 0190/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0191 e 0192/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Juarez Beltrão, cumprimentando-o pela posse no cargo de diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Federação Nacional das Agências de Propaganda - Fenapro.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Papanduva, Bela Vista do Toldo, Rio do Sul, São Francisco do Sul, São Pedro de Alcântara e Santiago do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Toldo, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos dos cursos de Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, bem como aos alunos do curso de Fisioterapia da Unisul de Tubarão, cumprimentando-os pela comemoração de suas formaturas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Paulo Roberto Furlanetto, diretor da Maternidade Darcy Vargas, de Joinville, cumprimentando-o pela passagem dos 60 anos de aniversário de fundação daquela maternidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Bela Vista do Toldo e Papanduva, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Rio do Sul e São Francisco do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Delandir Augustin, de Canoinhas, cumprimentando-o pela eleição como presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Contestado, Campus Canoinhas-Porto União.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviada ao prefeito de Florianópolis, solicitando que sejam envidados esforços para que os Terminais Integrados de Transportes desativados sejam transformados em equipamentos prestadores de serviços comunitários, centros de terceira idade, capacitação de jovens para o primeiro emprego e segurança pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao presidente do Contran e ao ministro das Relações Exteriores, solicitando medidas que venham coibir as infrações e minimizar acidentes envolvendo veículos e condutores estrangeiros, e que por meio de acordos internacionais, quando autuados, tenham que pagar as multas antes de ausentarem-se do país.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada aos deputados da bancada catarinense na Câmara Federal, solicitando empenho para a aprovação do Projeto de Lei n. 0001/2003, que regulamenta a Emenda Constitucional n. 29, por ser de vital importância para garantir os recursos da área da Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao presidente da República e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio às reivindicações da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em especial à pauta catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao ministro dos Transportes e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a construção e pavimentação da BR-282 entre os municípios de São Miguel d'Oeste e Paraíso.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós tivemos há poucos dias, em São Miguel d'Oeste um grande encontro com argentinos, senadores da Argentina, o governo daquele país, o senador catarinense Neuto de Conto e vários deputados, estive presente e também o deputado Herneus de Nadal. Um dos debates centrais foi o término da grande obra da BR-282, não só o trecho que liga a região de Lages a Campos Novos, mas também o término dessa obra até a divisa da Argentina. Acho que é uma grande obra, uma reivindicação de muitos anos daquela região.

Entendemos, dentro da lógica do PAC, onde está orçada essa obra. É importante o reforço dessa moção, e gostaríamos de ouvir o deputado Herneus de Nadal, autor da moção, para subscrevê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A moção é de autoria do deputado Herneus de Nadal, que não se encontra. Deputado Dirceu Dresch, a Mesa vai consultar o deputado sobre a possibilidade de v.exa. assiná-la.

Continua em discussão a moção.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Na mesma direção do deputado Dirceu Dresch, nós, ligados ao governo federal e ao partido dos Trabalhadores, não só temos interesse, mas disposição de realizar as diferentes obras previstas no Plano de Aceleração do Crescimento, e esta é uma obra estratégica de ligação bioceânica. Então, não só este deputado, mas a bancada do PT também se soma ao deputado Herneus de Nadal e propõe a subscrição desta moção, porque queremos nos engajar nessa luta para a viabilização dessa obra de pavimentação de São Miguel d'Oeste a Paraíso.

Até agosto todos os deputados serão convidados para participar da grande festa da inauguração da obra da BR-282 de Lages a Campos Novos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ausente o autor, o deputado Herneus de Nadal, esta Presidência, então, o consultará sobre a possibilidade de v.exas., deputados Dirceu Dresch e Pedro Uczai, subscreverem a Moção n. 0103/2007.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Da mesma forma, sr. presidente, como integrante do Fórum Parlamentar Permanente pela conclusão da BR-282, nós que somos usuários daquela rodovia, assim como a maioria da população do estado e todo o povo do planalto, do Alto Vale do Itajaí, do meio oeste, do oeste e extremo oeste, também queremos subscrever a moção do deputado Herneus de Nadal, para que tenhamos, além da conclusão entre Lages e Campos Novos, a realização desta obra de pavimentação entre São Miguel d'Oeste e Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar a oportunidade para lembrar aos colegas deputados que fazem parte do fórum com relação a BR-282, que teremos hoje às 17h30min uma reunião do fórum, convocada pelo seu presidente, deputado Romildo Titon, para tratarmos justamente de uma audiência pública, que será realizada com a presença de pessoas da região de São Miguel d'Oeste. Quero lembrá-los que é importante o comparecimento de todos os deputados que compõem o fórum, para que possamos discutir esse assunto tão importante, que é a conclusão, ou pelo menos o andamento das obras da BR-282.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência comunica que consultará o deputado autor, sobre a possibilidade dos deputados Dirceu Dresch, Pedro Uczai e Sargento Amauri Soares assinarem esta Moção n. 103.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada à reitoria, aos centros acadêmicos, ao diretório estudantil, à casa estudantil, todos da universidade de Brasília, bem como às vítimas e aos acusados, manifestando repúdio pelo atentado racista, contrário à vida e à dignidade humana, praticado contra os alunos de origem africana dentro do campus universitário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Esse ato de racismo que aconteceu em uma universidade pública federal é lamentável e tem que ser repudiado por todos os deputados. Sou vice-presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, juntamente com a deputada Ada De Luca que é presidente, onde temos feitos várias discussões sobre a questão da mulher, da criança e do adolescente.

A questão do racismo tem que ser uma luta permanente para construirmos ações afirmativas. Lamentável esse acontecimento, e esta Casa precisa manifestar, para todo o Brasil, uma nota, uma moção de repúdio à prática de racismo de qualquer natureza. E essa é abominável! Quando estudantes universitários de nações amigas, de nações africanas têm oportunidade de frequentar uma universidade brasileira em cooperação e solidariedade, nós devemos nos manifestar, repudiando tal prática de racismo em uma universidade federal. Que sejam punidos todos os responsáveis por esses atos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu concordo com o ilustre deputado Pedro Uczai, mas também vou fazer uma manifestação contra aquela ministra, que é racista, é contra os brancos e fez uma declaração pesada. Então, acho que devemos jogar direito, mesmo concordando com o deputado Pedro Uczai, temos que repudiar a atitude daquela ministra, que também foi violenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser encaminhada ao governador do estado de Mato Grosso, manifestando repúdio com referência ao subsídio mensal vitalício ao titular de cargo de governador daquele estado, bem como a aposentadoria do ex-governador Zeca do PT.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado autor, Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Eu gostaria de pedir que esta moção fosse votada nominalmente, tendo em vista que quero aqui, pessoalmente, declarar o meu voto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, o deputado Marcos Vieira, para discussão.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu confesso que estou um pouco confuso, quando eu li o texto da moção apresentada pelo deputado Jailson Lima, que diz o seguinte: manifesta repúdio ao governador do estado do Mato Grosso. O governador do Mato Grosso é o sr. Blairo Maggi, é do PR. Não foi ele que concedeu a aposentadoria ao Zeca do PT.

Então tem que ser dirigida ao governador do Mato Grosso do Sul, que é do PMDB, o André Pucinelli, que também não foi ele que concedeu a aposentadoria ao Zeca do PT. Talvez eu solicite ao deputado Jailson Lima que retifique a moção, e que o repúdio seja somente ao ex-governador Zeca do PT.

Então eu solicito um esclarecimento, sr. presidente.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado autor, Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Com certeza na hora da redação, a assessoria deve ter trocado o nome e, sem sombra de dúvida, concordo com o deputado que aqui me antecedeu. E faço repúdio redobrado ao Zeca do PT, com certeza, na retificação da moção.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, o deputado Marcos Vieira, para discussão.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Então pelo que eu entendo, sr. presidente, o deputado Jailson Lima retira a expressão "governador do estado do Mato Grosso". Eu quero somente ao "ex-governador Zeca do PT".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feita a retificação.

Em votação.

Como o autor fez o pedido do voto nominal, nós vamos ver se o painel eletrônico, aqui desta Casa, está em condições de realização da votação. Caso contrário, vamos nos propor a um outro modelo de votação.

Aberto o painel de votação, vamos dar início.

(Procede-se à votação pelo painel eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA abst

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO abst

DEPUTADO ELIZEU MATTOS abst

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JANDIR BELLINI sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI abst

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL abst

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO MANOEL MOTA abst

DEPUTADO MARCOS VIEIRA abst

DEPUTADO MOACIR SOPELSA abst

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADO RENATO HINNING abst

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON abst

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIM sim

Consulto se todos os srs. deputados já realizaram o seu direito de voto.

Encerrada a votação.

Colhemos o resultado: aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Brusque, bem como ao presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário de Brusque - Unifebe -, manifestando apoio pela realização do plebiscito deliberativo sobre o futuro do Samae e da administração do sistema de tratamento de água e esgoto daquele município.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, o sr. deputado Pedro Uczai, para discussão.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Acho que a moção não está direcionada em apoio ao prefeito ou ao presidente da Câmara Municipal de Brusque. A moção é clara. Foi realizado um abaixo-assinado com a comunidade brusquense contendo mais de 5% dos eleitores, chegando quase a 10%.

Então permite propor legalmente, pela Lei Orgânica e Constituição Federal, um plebiscito. E qual é o plebiscito? Que seja realizado um plebiscito com a comunidade brusquense para definir se a água e o esgoto de Brusque devem ser ou não privatizados.

No debate que houve aqui na Casa sobre a Casan, os deputados também se manifestaram, e pela colheita das assinaturas, há condições legais de viabilizar o plebiscito.

Então, nada mais é do que apoiar democraticamente o abaixo-assinado e para que seja viabilizado, através da Câmara de Vereadores e da prefeitura, um plebiscito onde o povo democraticamente vai dizer se devem ou não ser transferidos para a iniciativa privada a água e o esgoto em Brusque.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Infra-Estrutura e ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre as obras da SC-443, trecho entre as localidades de São Bento Baixo e Rio Cedro Médio no município de Nova Veneza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só espero que eles respondem logo, porque esse é mais um caso dos 100 dias, sem nada. O deputado Valmir Comin deve ter passado por lá recentemente, e o que a turma do deputado Manoel Mota fez de comícios lá nessa obra! E eu passei por lá segunda-feira, está uma tristeza! Recomendando que os governistas não passem por lá antes das máquinas voltarem, porque é mais um caso de abandono nesses 100 dias, sem nada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Presidente, há pouco fizemos uma proposta que a Assembléia Legislativa fizesse uma moção à Câmara dos Deputados e ao Senado da República pedindo que votem a matéria proposta pelo presidente da República do 1% aos municípios. E nós elaboramos o documento, não é o deputado Onofre Santo Agostini, e sim a Assembléia Legislativa. Portanto, peço a v.exa. que o façamos com certa urgência.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Foram várias as intervenções dos nossos colegas e deputados do PT, também nessa direção. E o anúncio do presidente Lula, ontem, só terá efeito prático quando for votada no Congresso Nacional a desvinculação da proposta atual da reforma tributária desvinculando 1%, ou seja, passando de 22,5% 23,5%.

Então, objetivamente o presidente decidiu ontem liberar junto ao Congresso Nacional a desvinculação do processo de votação da reforma tributária e podem votar em separado. Cabe ao esforço do Congresso Nacional encontrar um mecanismo político e jurídico para essa votação.

Então, essa manifestação do Poder Legislativo de Santa Catarina em consonância com a luta municipalista e com a decisão do presidente Lula, que foi elogiada aqui, nos deixa muito felizes porque depende, sim, da decisão do Congresso, essa decisão do presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Vamos deliberar então sobre a moção de autoria de todos os pares, a ser enviada aos representantes do estado de Santa Catarina no Congresso Nacional, solicitando celeridade na votação da PEC 285/04, que aumenta o Fundo de Participação dos Municípios em 1%, bem como a redução das contrapartidas exigidas hoje das administrações municipais para assinatura de convênios previstos no PAC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar a presença do vereador atuante, vibrante, corajoso e fiel à população de Chapecó o nosso Itamar Agnoletto que se faz acompanhar pelo dr. Dirceu Rodrigues e Adelmo Keller.

Bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, passamos a palavra ao sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, é uma grande honra termos um deputado federal chamado Fernando Coruja, que foi prefeito de Lages na mesma época que fomos prefeito da capital de todos os catarinenses pela Frente Popular, e teve o seu projeto destacado em nível nacional, porque ele é um formulador da política, ele tem criatividade e iniciativa. E esse projeto, eu gostaria de divulgar para que pudéssemos entender a sua contribuição em nível nacional.

A justificativa trata do seguinte:

(Passa a ler.)

"O tema ambiental mais proeminente da atualidade é o aquecimento global, objeto de inúmeros estudos científicos que vêm ganhando crescente espaço na mídia.

Segundo dados da Anfavea, o País possui uma frota integrada por 25% (vinte cinco por cento), pelo menos, de veículos com mais de vinte anos de uso os quais além de altamente poluentes, são responsáveis pela maioria dos acidentes de trânsito ocasionados pelo mau funcionamento mecânico.

Grande parte dos proprietários de veículos com mais de vinte anos de uso é constituída por motoristas de baixa renda que, em geral, não dispõem de recursos financeiros ou acesso ao crédito para substituírem o veículo antigo por um novo.

Essa é uma das razões pelas quais um dos desafios do governo está relacionado com a frota de 13 milhões de veículos velhos, carburados e poluentes que se encontram em atividade e são beneficiados pela redução da carga tributária e inexistência de inspeção veicular, fatores que agravam ainda mais a situação." [sic]

Sendo carburados, emitem muito dióxido de carbono. Os novos carros possuem injeção eletrônica.

(Continua lendo.)

"Assim, o presente projeto abre a possibilidade para a renovação parcial da frota e reciclagem de materiais decorrentes das 'sucatas sobre rodas' que atualmente infestam as ruas e estradas brasileiras.

Neste aspecto convém lembrar o que fez a comunidade européia a partir de 1994, quando foi instituído o que, gradativamente, adequou a frota às rígidas normas da Organização Mundial de Saúde. Além das medidas técnicas, como as novas tecnologias de motores e novas formulações de combustíveis, foram também definidas medidas efetivas de manutenção dos veículos como a inspeção obrigatória, redução da carga tributária para veículos novos, e medidas de renovação da frota. Foi também implantado um sistema de reciclagem que, atualmente, só na Itália, conta com mais de 600 usinas.

Inspirado em parte nesse modelo propõe-se que uma das condições para o levantamento do FGTS para aquisição de veículo novo, seja a reciclagem do veículo velho - e daí a exigência de o titular da conta do FGTS comprovar sua alienação a uma usina de reciclagem, garantia de que o mesmo não volte a circular.

Assim, o presente projeto tem por objetivo facultar aos motoristas a possibilidade de substituírem seus veículos velhos por veículos novos - seguros e dotados de tecnologias menos poluentes - por meio do simples acesso aos recursos financeiros já depositados em seu FGTS." [sic]

A medida ainda é tímida, mas se constitui no primeiro passo, que vai sensibilizar o governo, as lideranças políticas, e toda comunidade mundial, pela grande quantidade de veículos com mais de 20 anos que o Brasil possui.

Então, ele faz uma emenda no seu projeto, ao art. 20 da Lei n. 8.036, de 1990, que acrescenta o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"XVIII - pagamento total ou parcial do preço de aquisição de veículo automotor próprio, desde que o titular da conta do FGTS comprove, cumulativamente, ser motorista habilitado de veículo automotor, ter sido proprietário há menos de cento e oitenta dias de veículo com pelo menos vinte anos de uso e tê-lo alienado a uma usina de reciclagem;"[sic]

Isso para que, realmente, possam ser utilizados novos carros, menos poluentes, que produzam menos o efeito do aquecimento global, utilizando o que já é direito do trabalhador, e contribuindo para que ele desempenhe melhor as suas atividades.

Então, esse é um projeto criativo que se for aprovado valerá para todo o Brasil, é um grande avanço e uma contribuição que o PPS, através do seu líder, Fernando Coruja, um catarinense, está trazendo como novidade para o país, a utilização do fundo de garantia para a compra de um carro novo, contanto que aliene o carro velho a uma usina de reciclagem.

Com isso teremos menos emissão de dióxido de carbono, bem menos, porque hoje está comprovado que temos mais de 13 milhões de veículos circulando, além da questão de acidentes, veículos com condições técnicas não compatíveis circulando no país, carburados produzindo grande quantidade de dióxido de carbono.

Esses carros novos poderão utilizar o álcool, o biodiesel ou um sistema que emita menos dióxido de carbono pela sua forma e tecnologia.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Professor Grando, v.exa. tem razão e eu não posso discordar da modernidade e da tecnologia avançada, mas uma coisa me chama a atenção. O governo federal deveria fazer uma lei para que todo veículo em más condições de funcionamento fosse apreendido e tirado de circulação. Vou dar um exemplo do que acontece nos Estados Unidos, em Miami.

Em Miami o carro pode estar perdendo o pára-choque, desde que não caia, pode estar amarrado, pode estar com o farol caindo, pode estar enferrujado, só não pode emitir, além do limite, fumaça pelo cano de escapamento. Em segundo lugar, não pode, sob hipótese alguma, deixar uma gota de óleo de motor, de cárter ou diferencial no chão, que qualquer fiscal de trânsito prende na hora o veículo. Então, se ele está com o seu motor regulado, em perfeitas condições de funcionamento, sem vazamento nenhum, a poluição é bem menor.

Aqui no Brasil hoje nós andamos atrás de um caminhão a óleo diesel e temos que reduzir a marcha porque a baforada de fumaça é tão grande que chega a escurecer a pista. Nesse ponto é que as autoridades competentes devem atuar.

Por isso, concordo com a sua proposição, mas temos que, em primeiro lugar, fazer alguns ajustes porque temos carros hoje com cinco ou seis anos de uso e com bomba injetora totalmente desregulada, com o bico desregulado, fazendo uma fumaceira, no bom sentido, para que todos entendam, e são carros com menos de dez anos. Falta apenas manutenção e uma cobrança por parte dos órgãos competentes para que possamos manter uma regularidade e deixar os nossos veículos funcionando perfeitamente.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Obrigado pelo seu aparte deputado Reno Caramori, como já foi dito aqui, é uma medida tímida mas é um grande passo que se dá na direção de uma tomada de responsabilidade.

Gostaria de frisar que o carro tem que estar, obrigatoriamente, ligado a uma usina de reciclagem, ele não pode ser reaproveitado para outras metas e com outros objetivos, não pode ocorrer, como acontece muito em Miami, os carros ficarem abandonados nas ruas porque as pessoas se desfazem das suas sucatas os abandonando e poluindo. Esse é outro problema que estamos enfrentando, carros servindo aos ferros velhos, como ocorre neste país com o desmanche de carros roubados.

Dessa maneira, estaremos tomando uma solução que entendo ser própria e importante.

Outra questão bastante simples, sr. presidente, é que fiz uma moção ao sr. prefeito da capital de todos os catarinenses, Dário Berger, para que sejam reaproveitadas as três estações de transbordo construídas.

Imaginem os senhores se, como prefeito de Florianópolis, fôssemos fazer um sistema novo de transportes e sobrassem no final três estações de transbordo. Mais de R\$ 12 milhões, sobrando em asfalto como é o caso do Saco dos Limões, - quem passa lá vê aquela estação sobrando - como é o caso de Capoeiras, e Jardim Atlântico. Que planejamento de transporte é esse? Geralmente falta, mas esses sobraram. E isso tem custo público.

Por isso a sugestão é aproveitar esses espaços públicos que lá estão para que realmente tenham uma utilidade, principalmente social, porque já se passaram mais de quatro anos e as estações estão lá, desde o início da construção, todas aquelas avenidas asfaltadas para se chegar a essas estações de tratamento. Então, é bom sabermos o que significa para a sociedade o não-conhecimento, o não-planejamento e o mau planejamento. Mas podemos usar isso para o bem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Clésio Salvaro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna, nesta tarde de quarta-feira, para falar de um assunto que v.exa., deputado Julio Garcia, deputado Manoel Mota e deputados da região sul conhecem muito bem, até porque vivem o problema na região sul, assim como o deputado Genésio Goulart, o deputado Joares Ponticelli, que é o problema da delegacia da Polícia Federal.

Hoje, o estado de Santa Catarina conta com as delegacias instaladas em outras regiões, como Dionísio Cerqueira, Lages, Chapecó, Joinville, Itajaí e Florianópolis. A circunscrição da delegacia da Polícia Federal de Florianópolis atende 143 municípios. O nosso pedido, o nosso pleito, deputado Manoel Mota, é antigo. Desde 2003 que nós estamos lutando para levar a delegacia da Polícia Federal para a região sul, a fim de atender aqueles nossos 43 municípios, sendo que 15 municípios são da região da Amesc, que é a região que

v.exa. representa nesta Casa; 11 municípios são da Amrec e 18 municípios são da região de Tubarão, compreendendo também a região de Laguna, sabendo que de Florianópolis a Passo de Torres dá quase um milhão de habitantes, ou seja, mais de 800 mil pessoas, hoje, se utilizam da sede da Polícia Federal em Florianópolis.

O nosso pleito é no sentido de levar a delegacia da Polícia Federal para a região sul, especialmente para a região de Criciúma. V.Exa. e os telespectadores de casa sabem do número grande de pessoas que solicitam e que precisam da Polícia Federal. Primeiro, para a retirada de passaportes. De cada cinco passaportes emitidos em Santa Catarina, três são da região sul. São pessoas que desejam ir para os Estados Unidos; pessoas que desejam ir para a Europa, sem falar dessa distância de quase 500 quilômetros cortados pela BR-101, propiciando, com muita facilidade, a questão do tráfico de entorpecentes, as questões previdenciárias de cunho federal, que é o caso, e as questões ambientais. Assim sendo, a Polícia Federal poderá apurar, com mais agilidade, todas essas questões.

Mas uma notícia boa foi trazida na noite de ontem pelo secretário e ex-senador Geraldo Althoff, através do nosso vice-governador Leonel Pavan, que esteve conosco participando de uma audiência, no mês de janeiro, em Brasília, com o ministro Márcio Thomas Bastos, que estava acompanhado do prefeito de Criciúma, do procurador da República, dr. Darlan Dias, do deputado Edinho Bez e de várias outras autoridades, como o presidente do CDL de Criciúma Renato Carvalho. Como é uma solicitação antiga, estamos agora, por designação e pela portaria baixada pelo ministro Tarso Genro, em condições legais de implantar essa delegacia que vai trazer segurança, vai trazer tranquilidade e, acima de tudo, vai trazer desenvolvimento para a nossa região.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - É com muito prazer que concedo um aparte a v.exa., eminente deputado Manoel Mota, pois conhece muito bem a realidade da nossa região com relação aos crimes federais cometidos na região que também representa neste Parlamento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo, deputado Clésio Salvaro, e dizer que nós sabemos perfeitamente que houve uma luta de muitos deputados, de deputados federais, principalmente, e do prefeito de Criciúma, mas v.exa. não deixou de sempre estar ali lutando.

Por isso quero cumprimentar v.exa. por essa conquista que vai ser importante para toda a região sul de Santa Catarina. Eu acredito que teremos um ganho real e pouco a pouco vamos conquistar aquilo que é fundamental para a nossa região.

Essa delegacia é importante, é fundamental, é fruto de um trabalho muito grande. Por isso parabênizo v.exa. e todas as autoridades, como o deputado Edinho Bez, o prefeito de Criciúma e Eduardo Moreira, que também participou. Mas v.exa. sempre foi uma bandeira forte.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que está no caminho certo, conquistando aquilo que é importante.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Quero lembrar que a instalação dessa delegacia, da delegacia da Polícia Federal de Criciúma, também vai melhorar o atendimento da delegacia de Florianópolis, até porque a delegacia sede da Polícia Federal em Florianópolis, que atende 143 municípios, com a criação dessa delegacia em Criciúma, vai diminuir os números de atendimentos aqui e com certeza vai beneficiar muito a nossa região. É claro que para concretizar esse sonho, essa aspiração dos advogados, manifestado através da Ordem dos Advogados, sessão de Criciúma, e de toda a região sul, é preciso ainda contar com a contrapartida da prefeitura e do governo do estado. Como exemplo temos o município de Lages, na época em que Raimundo Colombo era prefeito, onde foram construídas a sede, as instalações, deixando tudo pronto. A Polícia Federal apenas foi com a logística, com os delegados e está lá funcionando, melhorando cada vez mais o atendimento no que diz respeito aos crimes federais.

Na nossa região não vai ser diferente, a prefeitura terá de entrar com uma contrapartida. Mas esse compromisso já foi assegurado pelo prefeito municipal e também pelo nosso vice-governador Leonel Pavan, porque vamos disponibilizar, se for o caso, algum local para que a polícia lá possa se instalar. A prefeitura deve entrar com a parte da mobília, com a parte estrutural da delegacia da Polícia Federal. Isso para nós, da região sul do estado, é uma grande conquista, é um sonho e, acima de tudo, é a certeza de que vamos poder viver com mais tranquilidade. A nossa região é uma região muito próspera e contribui para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina de forma considerada, pois mais de 27% de todo o Imposto Arrecadado Sobre Circulação de Mercadorias é proveniente de lá.

É justo, portanto, que o governo federal, através do Ministério da Justiça e da delegacia da Polícia Federal, instale uma unidade na nossa região, porque, volto a dizer, é muito importante.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados, que eu queria falar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Sr. presidente, eu quero apenas reforçar o convite a todos os membros do Fórum da BR-282 para participarem da nossa reunião, às 17h30min, que tem como objetivo dar prosseguimento aos trabalhos do fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu acompanhei a indicação de autoria do deputado Kennedy Nunes, que trata do processo da telefonia e uma coisa me chamou a atenção, deputado. Eu entendo que nós temos que trazer para debate nesta Casa não só o assunto da telefonia fixa, como também o assunto da telefonia celular. Para v.exas. terem uma idéia, eu estou, desde outubro, tentando desligar o meu celular, mas não consigo e todo mês a conta está vindo para mim.

Acho que esse debate tem que ser discutido na Assembléia, porque se isso está acontecendo conosco, deve estar acontecendo também com várias pessoas. A mesma coisa acontece com a telefonia fixa e esse é um caso de trazermos o debate, porque muita gente está sendo roubada no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Elizeu Mattos, o abuso dessas teles é um negócio que nós não podemos mais aceitar, porque, além de não colocarem à disposição do cliente um serviço de atendimento eficiente e respeitoso, há todo esse problema que v.exa. traz.

Eu também tive a maior dificuldade para me livrar de um telefone contratado por ocasião da campanha. Eu não usei o telefone da Assembléia naquele período, não desliguei, mas contratei um especificamente para a campanha. Para v.exa. ter uma idéia, na eleição de 2002 eu levei mais de anos pagando e nessa agora quase quatro meses.

Além disso, sr. presidente, nós somos desprezados, porque nem resposta eles dão a este Poder, a esta Casa para a maioria dos pedidos e sugestões que fizemos de implantação de antenas. Toda semana nós aprovamos aqui requerimentos que a comunidade nos solicita, como instalação de torres, acho que temos mais de 100 municípios sem cobertura ainda, mas nem resposta eu recebo. Não sei se v.exas. têm recebido, mas nem esse respeito a um pedido de informação feito pela nossa Casa Legislativa eles estão tendo.

Então, eu entendo que é um bom tema para nós voltarmos a debater nesta Casa. O ex-deputado Paulo Eccel, no ano passado, debateu muito essa questão e é necessário que seja feita uma discussão grande, suprapartidária, para fazer essas teles sentarem aqui e trazerem as informações que o cliente e este Parlamento merecem e devem receber.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Joares Ponticelli, nós temos apresentado requerimentos e eu lembro que na nossa região fizemos ainda mais, porque exigiram um número "x" de pessoas que tivessem interesse. Então, nós reunimos a comunidade do município de Bom Jardim da Serra, uma cidade turística, que tem a beleza da serra do Rio do Rastro, e fomos muito além do que a empresa pedia, que era o número de 200 pessoas que tivessem interesse em adquirir celular, porque mais de 400 pessoas se inscreveram. E ficamos com cara de bobos, porque até hoje não recebemos informações.

Acho que está na hora, sr. presidente, de o Parlamento chamar as empresas para começarem a debater e a dizer o que está acontecendo com o serviço de telefonia celular, com o serviço de telefonia fixa. Porque quando telefonamos, nós nem ficamos sabendo com quem estamos falando. Uma pessoa atende em São Paulo, não sei quem é, não vejo, não diz o nome, e se perguntarmos o nome, ela desliga o telefone na nossa cara e nem resposta dá.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Elizeu Mattos, isso é discutir cidadania. Mas se nós, que fomos eleitos, estamos enfrentando problemas pessoais - eu também tenho enfrentado esse problema - os Procons do Brasil inteiro e de Santa Catarina não são diferentes. E da experiência que eu vivenciei em Chapecó, 70% ou 80% das reclamações dos usuários das diferentes relações de consumo são da área de telefonia. Se está cada vez mais difícil e complexo obter resposta, imaginem receber ressarcimento por ligações que não foram feitas, que a pessoa não sabe nem de onde vem, ou quando se solicita o desligamento do telefone, enfim, os mais variados problemas com o consumidor.

Por outro lado, eu tenho vivenciado uma procissão lamentável, porque com o processo de privatização a empresa tem uma única lógica: a rentabilidade. Quanto à telefonia celular, eles avaliam a cidade, o potencial, a abrangência, a possibilidade de investimento e o tempo de retorno. Não dando retorno de lucro, a cidade fica sem telefonia celular.

Portanto, esta lógica é para uma estratégia vital, que é um direito à comunicação. Hoje, comunicação é um direito, como o direito à saúde, à educação, à água e à energia elétrica.

Por isso é muito importante que v.exa. traga este assunto para debate, nesta Casa, em outras ocasiões. E eu quero dizer que concordo com o fato de que deveríamos trazer para a Assembléia os representantes das empresas, para eles dizerem qual a estratégia para se ter direito à telefonia, para ser bem atendido, quem tem acesso a esse direito, porque num município onde uma empresa se instala, as outras vão atrás. Mas se no outro município, que tem direito também, ninguém instala, esse direito à comunicação é excluído, principalmente ao serviço de telefonia celular.

Os dois lados são contraditórios e difíceis de debater, como a empresa privada, que não dá resposta. É o silêncio ou o interesse do lucro.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Pedro Uczai, nós, como representantes do povo, temos de falar pelo povo. E para fazermos isso temos que achar um meio legal para convocarmos os representantes dessas empresas, tanto fixa como móvel, para virem a este Parlamento dar uma explicação e mostrar as vias de investimento em Santa Catarina.

Mas, mudando de assunto, srs. deputados, eu quero também fazer um registro com relação ao discurso do deputado Kennedy Nunes, que me deixou muito feliz, porque ele, no dia de hoje, quando assomou à tribuna, reconheceu que o go-

vernador Luiz Henrique cumpre as leis. V.Exa. falou aqui que o governador Luiz Henrique cumpre as leis, que o que o governador repassou está na lei. Eu fico feliz com isso. Eu, que defendo o governador, que fiz parte do governo, que sou um defensor da descentralização, estou feliz por saber que o nosso governador cumpre a lei.

Agora, se nós voltarmos ao passado, deputado Kennedy Nunes, anterior a 2002, não irei muito longe, vou contar uma historinha, vamos ver que a coisa foi bem diferente. A Udesc, até 2003, recebia de repasse do governo 1.95, que era o que deveria ter sido repassado para a Udesc. A partir do governo de Luiz Henrique, esse repasse aumentou de 1.95 para 2.05. Mas até 2002 (eu sei isso porque tenho uma convivência muito grande com a Udesc de Lages), esta lei que v.exa. diz que o governador cumpre, não estava sendo cumprida pelo seu governador. Ou seja, não estava sendo cumprida a lei do repasse que por lei foi aprovada para a Udesc. Bem diferente do governo Luiz Henrique, que cumpre o repasse, na sua totalidade, para a Udesc, tanto que foram feitos vários investimentos.

Então, quando v.exa. falou, eu fiquei muito alegre, porque é o reconhecimento da Oposição, nesta Casa, de que o governador Luiz Henrique é um governador que cumpre as leis. Estou feliz hoje, por isso assomo à tribuna para relatar o reconhecimento da Oposição. Quem estava em casa nos assistindo, pôde ouvir o deputado Kennedy Nunes dizer que o governador Luiz Henrique cumpre a lei, coisa que não acontecia no governo passado, que v.exa. tanto defende.

Mas na semana que vem, deputado Joares Ponticelli (v.exa. passou, ontem, um filme, que não era o filminho do deputado Kennedy Nunes), vou ocupar esta tribuna para passar um filme. Não vou discursar, vou mostrar o antes e o depois das escolas públicas da serra catarinense. Vai ser um grande filme. Talvez eu não consiga mostrar as 38 escolas, das 46, que já foram reformadas, melhoradas e ampliadas, mas tenho certeza de que o deputado Kennedy Nunes e o deputado Joares Ponticelli vão se assustar com o que assistirão, pois poderão ver como estavam os nossos colégios antes da descentralização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu quero registrar a presença, nesta Casa, do presidente da Câmara municipal de Itá, o vereador Valmir Sadi Pichetti, da vereadora Tânia Valmorbidia e dos vereadores Nilson Martella, Sabino Minella e José Ari Rech, que nos visitam na tarde de hoje. Queremos agradecer a todos e dizer que estamos à disposição da cidade de Itá naquilo que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham. Certamente, deputado Elizeu Mattos, eu continuo me assustando com as notícias da área da educação em Santa Catarina. E bato muito nesse assunto, insisto muito, porque sou professor de carreira, e acredito que só vamos transformar a sociedade com investimentos sérios em educação.

E talvez, até em Lages as coisas tenham acontecido, não conheço a realidade de lá. Talvez, deputado Silvío Dreveck, o milagre tenha ocorrido naquela regional. Não é o que se vê nas outras. Não é o que se vê em escolas aqui pertinho desta Assembléia Legislativa e do Centro Administrativo.

A notícia não é minha, deputado Valmir Comin, presidente desta sessão, é do *Diário Catarinense*, deputado Elizeu Mattos, do dia de hoje, página 25.

(Passa a ler.)

"Escolas não recebem verba para merenda"

Essa é uma notícia que há dez anos não se lia mais.

Diz a matéria:

(Continua lendo.)

"... a Escola de Ensino Fundamental Venceslau Bueno, no centro de Palhoça, na Grande Florianópolis, que conta com 1.702 alunos matriculados e é considerada uma das maiores do estado.

Como ela, outras 17 escolas estaduais do município (portanto não é um caso isolado) não receberam a verba da secretaria de Estado da Educação para a compra de alimentos perecíveis.

Para piorar, a escola precisa racionar produtos básicos de limpeza (como detergente, água sanitária, saco de lixo e papel higiênico) e material de expediente.

Esse problema se estende às 150 escolas estaduais da Grande Florianópolis, incluindo 13 cidades, pois os empenhos para comprar esses materiais não foram liberados pela secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), por falta de recurso financeiro." [sic]

É o jornal que está dizendo, é o *Diário Catarinense*, deputado Manoel Mota. Portanto, quando v.exa. vier aqui, depois, dizer que estou mentindo, seja verdadeiro, diga que quem está mentindo, se é que é mentira, é o jornal *Diário Catarinense*, não sou eu que estou dizendo.

Mas diz mais o *Diário Catarinense*:

(Continua lendo.)

"De acordo com o diretor da Venceslau, Rogério de Souza, 30% dos alunos, ou seja, em torno de 500 crianças, vêm de famílias carentes e fazem a refeição só na escola. Por isso, a importância de uma merenda balanceada."

Diz o diretor da escola, nomeado politicamente:

" Desde novembro, não chega nenhuma verba para a gente. Sobre os materiais, estamos mantendo o básico, comprando por semana com recursos de rifas e de contribuições espontâneas - afirma o diretor." [sic]

Deputado Professor Grando, esse diretor já deve ter sido exonerado, a essas alturas. Esse não vai continuar no cargo. Porque é o diretor da escola, deputado Silvío Dreveck, nomeado por um dos partidos do grande ajuntamento que está dizendo isso, não é a Oposição.

Mas segue a matéria:

(Continua lendo.)

"Ontem, os pais receberam um comunicado solicitando que contribuíssem com R\$ 4,00. Senão, será difícil manter a escola funcionando, por falta de materiais necessários." [sic]

Matéria do *Diário Catarinense*, do dia de hoje, página 25. O cidadão que nos acompanha pela TVAL, sabe que depois do meu pronunciamento virá o deputado Manoel Mota e outros, dizendo que o Maluf e o Janene e não sei mais o que, e não vai responder o por que essas escolas estão sem merenda escolar.

Eu sei que eles já levaram um puxão de orelhas, alguns deputados da base. Soube que o governador ficou muito irritado quando viu aquela nossa foto ontem, comemorando, celebrando os 100 dias sem nada. E parece-me que ligou para alguns dizendo: "Olha, façam a tarefa de casa, levem o relatório, inventem boca de lobo para inaugurar, recurso do art. 170, transporte escolar, senão não tem nomeação".

Eu não estava aqui no começo da sessão, mas parece que desfilaram aqui pela tribuna alguns deputados elencando boca de lobo de prefeitura que foi inaugurada, colocando na relação de obras do governo do estado, colocando anúncio de obras. Parece-me que já se contradisseram com os números de Joinville, um diz que são R\$ 18 milhões, outro diz que são R\$ 20 milhões, outro, ainda, diz que são R\$ 22 milhões. Estão igual aos secretários Antônio Marcos Gavazzoni, Sérgio Rodrigues Alves e mais o secretário Ivo Carminati que não sabe quanto custa a folha.

Isso aqui, deputado Valmir Comin, não é a Oposição que está dizendo, é o diretor da Escola de Ensino Venceslau Bueno, do centro de Palhoça, que se chama Rogério de Souza. É ele, deputado Marcos Vieira, que está dizendo que desde o mês de novembro não há mais recurso na escola, está faltando merenda escolar, papel higiênico, deputado José Natal, material de limpeza! Para onde caminha nossa educação? Como é que nós vamos recuperar tudo isso? O deputado Manoel Mota veio aqui dizer ontem que isso está acontecendo porque o ex-governador Esperidião Amim, que já faz cinco anos que não é governador, mas que ainda atordoa a cabeça do deputado Manoel Mota, não recuperou as escolas.

A Escola de Educação Básica Dom Joaquim, de Braço do Norte - todos os senhores receberam uma correspondência da APP denunciando o abandono -, foi inaugurada em 2001, deputado Dirceu Dresch. Foi totalmente construída pelo governo Amin, um prédio zerado, novo, que eles já deixaram destruir nesse período, abandonaram, deputado Silvío Dreveck, porque retiraram o dinheiro da escola. Aquilo era descentralização de verdade, com o programa dinheiro na escola, chegava todo mês dinheirinho na escola, para fazer a manutenção básica, deputado Valmir Comin. E eles retiraram para colocar esse dinheiro na regional, para o secretário poder justificar alguma coisa. Isso é descentralizar? Não! Isso é centralizar.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não! Concedo vinte segundos.

O Sr. Deputado José Natal - É muito pouco, mas vou tentar.

Eu quero discordar de v.exa., quando colocou, vinte minutos atrás, que o governo na noite de ontem puxou a orelha e disse aos deputados que se não fizessem a defesa do governo não teriam, possivelmente, a contemplação de alguns pretensos cargos no estado. Dessa artimanha nunca precisei na minha vida pública.

Quero dizer a v.exa. que o grande problema deste país, por incrível que pareça, está na questão das famosas empresas de maleta, que existem muito no país. Formam a empresa que não tem estrutura, participam de uma questão licitatória do menor preço, que é muito questionado hoje em dia, são vencedores e não cumprem com as obrigações, porque não há suporte financeiro para garantir. O seu governo pagou no passado, este governo está pagando, o governo federal e tantos outros.

Então, essa é uma coisa que tem que ser olhada.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado José Natal. Eu fico feliz em saber que v.exa. não levou esse puxão de orelha, eu estou deduzindo, mas alguns devem ter levado, e deve ter sido dito: "olha, vão lá defender, levem relação de boca de lobo inaugurada, senão não terão nomeação".

Mas o diretor da escola está dizendo, deputado José Natal, que é desde o mês de novembro que não têm mais dinheiro. E é o mesmo governo, não mudou de um governo para outro. Desde novembro sem merenda na escola, sem papel higiênico, sem material de expediente. São 150 escolas, deputado Elizeu Mattos, nesta condição. Vejam que a situação de abandono é generalizada, é o caos geral instalado na educação pública de Santa Catarina.

Realmente, deputado Manoel Mota, o pior cego é aquele que não quer enxergar. É a falência do ensino público de Santa Catarina, é o abandono. Cem dias de abandono, 100 dias sem nada, sem governo, 100 dias de um governo, aliás 101 já, eu vou começar a contar todos os dias, 101 dias que nada acontece, e a educação pública catarinense vai sucateando, afundando e a recuperação disso vai demandar tempo. Porque a escola, quando não tem a manutenção feita com permanência, já que uma rede velha tem que ser recuperada com frequência, vai levar muito tempo para ser recuperada.

Por isso que o *Diário Catarinense* também trouxe ontem a informação de que Santa Catarina, em evasão escolar, só perde para o Acre. Está em 26º lugar. Que belo prêmio para Santa Catarina, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Quero registrar a presença do subtenente César Nei Rosa, nosso companheiro, nosso irmão de farda que trabalha no 7º batalhão. Está aqui na Assembléia, como já esteve em várias outras oportunidades, juntamente com outros companheiros para trabalhar, discutir e reivindicar o QOA - Quadro de Oficiais Auxiliares, que vamos fazer que aconteça este ano, subtenente Nei. Muito obrigado pela sua presença e pela sua luta em defesa da nossa categoria.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, visitantes que nos dão a honra da presença, quero aqui primeiramente me referir à questão das escolas que foram inauguradas em 2001 e 2002. Só pode ter sido usado material de terceira e de quarta, porque como é que uma escola, inaugurada em 2002, em 2006 não ter mais condições de se utilizada? Só se foi utilizado material de terceira, de quarta ou de quinta. Só se realmente usaram produtos para faturar dinheiro em cima, não existe outro sentido. Qualquer casa, no mínimo, dura 15 ou 20 anos. Agora, construir uma escola, inaugurar em 2001, como disse o deputado Joares Ponticelli, e em 2006 ela já não serve mais? Não pode ter sido usado material de qualidade, deve ter sido um arranjo para poder, evidentemente, faturar recurso. Não existe outro sentido.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Manoel Mota, só para contribuir com v.exa., vou dar só um exemplo do meu município, porque sou conhecedor.

No governo de Esperidião Amin, o Colégio Estadual Wanderley Junior, um dos mais antigos de São José, esteve fechado por quase um ano e quatro meses, porque aquele governo contratou uma empresa para fazer a reforma, e ela não concluiu por falta de pagamentos. Por quê? Porque não tinha estrutura financeira, como coloquei. O governo não pagava e a obra ficou um ano e pouco parada. A empresa concluiu. Resumindo, o nosso governo agora vai ter que fazer novamente, porque o serviço executado não prestou.

Está lá o que estou dizendo. De cinco para seis anos, cobrir um colégio hoje com telha francesa? Por aí já dá para ver como é a coisa, o que aconteceu. Se formos levar nessa linha... O deputado Joares Ponticelli está no papel da Oposição, e eu entendo que a democracia nos permite isso. Vir a esta Casa fazer afirmações vazias, é fácil, é muito fácil, e ele tem a responsabilidade do governo passado. Mas tenho certeza de que a descentralização está mostrando para Santa Catarina o que é governar diferente, o que o tem deixado atordoado, e aí vem bater na mesma tecla, porque o seu pronunciamento de ontem foi o mesmo de hoje, não mudou nada. Isso é o que a sociedade de Santa Catarina tem que perceber no parlamentar que a representa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço a palavra do eminente deputado Elizeu Mattos, da grande cidade de Lages, da região serrana.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, acho que não só as obras eram de terceira categoria, os projetos eram de quarta categoria. Eu tenho exemplo: a única obra que foi feita na cidade de Lages, na área educacional, no governo que o deputado Joares Ponticelli tanto defende, é uma obra em que no projeto conseguiram fazer com que o esgoto ficasse mais alto que o colégio. Quando chovia era uma verdadeira porcaria, sujeira mesmo.

Eu acho que o deputado tem que começar a analisar o que era feito, como era feito. Mas quero aqui fazer uma ressalva sobre o que o deputado Joares Ponticelli falou. Eu não sei, nós fomos a uma reunião do PMDB e vimos uma coisa e o deputado aqui diz que viu outra. Eu acho que ele deve ser invisível ou tem uma bola de cristal para estar participando conosco, mas o assunto não é o mesmo.

Nós tivemos um encontro, ontem, com o governador Luiz Henrique onde não foi tratado nada do que ele diz ter sido tratado. Eu não sei qual é o encontro que ele está participando. Eu não o vi, ontem, no jantar com o governador Luiz Henrique, bem como eu também não o vi no diretório do PMDB, no dia em que Eduardo Moreira assumiu a Presidência do partido.

Então, é bom esclarecer que o deputado Joares Ponticelli está dando um balão atrás do outro. Ele não participou da reunião na casa do governador, porque não foi convidado, temos que deixar bem claro. E também não participou da reunião do diretório do PMDB, porque também não foi convidado e não estava lá. Então temos que arrumar os pingos nos "is", começar a falar a verdade e parar de inventar e dar balão aqui no Parlamento, porque as pessoas que estão nos escutando em casa vão pensar que é verdade, porque ele vai repetir tanto a mentira, que a mentira dele vai ser mais verdade que a nossa verdade.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte, incorporá-lo ao meu pronunciamento e dizer que o tempo não vai me deixar fazer um relatório para a sociedade catarinense entender que a Oposição faz aqui as suas críticas veementes, mas o deputado Joares Ponticelli faz um repeteco todos os dias, ele deveria passar uma fitinha, porque o seu discurso não muda nada, são sempre as mesmas críticas. Ainda ontem ficou indignado porque o que eu falei estava no jornal *Diário Catarinense* e na *Folha de S.Paulo*. Hoje o jornal vale, ontem não valeu.

Mas eu gostaria de citar um pouquinho daquilo que o governo vem realizando em Santa Catarina, só neste ano de 2007. Foi inaugurada parte da pavimentação rodoviária de Salto Veloso a Iracemópolis. Quer dizer, já foi entregue essa obra pronta no dia 10/01. No dia 18 de janeiro, foi inaugurada a Rodovia do Arroz em Guaramirim, o deputado Kennedy Nunes com certeza esteve na inauguração do asfalto pronto, entregue à população, porque é na terra dele.

No dia 20 de janeiro foram inauguradas várias ruas pavimentadas com recursos do estado, em Lauro Müller. No dia 22, o eminente deputado líder do governo nesta Casa, que muito nos orgulha, com certeza esteve na SC-405 para inaugurar o acesso à Tapera, entregue à população de Florianópolis.

No dia 25 de janeiro foi inaugurada e ampliada a subestação da Celesc, obra importante para a região de Joinville, onde foi feito um grande investimento. No dia 27 de janeiro, foi inaugurada a ampliação da rede elétrica, levando a luz para o homem do campo, onde não havia energia, em Ipuacu.

No dia 22 de fevereiro foi inaugurada a urbanização com a iluminação do Porto da Vila, em Ibitubá, obra muito desejada pela população.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Manoel Mota, Luiz Henrique tem inaugurado obras que demoraram, em promessas, mais de 30 ou 40 anos. Só para v.exa. ter uma idéia, esta avenida da Tapera, que foi inaugurada agora, nós desapropriamos do sr. França, quando eu era Prefeito. Por que desapropriamos? Para o aeroporto Hercílio Luz ter mais uma saída, porque não poderia ser um aeroporto internacional que, em caso de emergência, não pudesse ter uma alternativa de saída. Quantos anos faz que deixei de ser prefeito? Mais de 16 anos e só agora foi terminada essa obra. Realmente Luiz Henrique está de parabéns.

Outra questão: aqui se disse que foram inauguradas bocas de lobo. Uma ponte que liga Passo de Torres com Torres, que une Santa Catarina com Rio Grande do Sul, onde antes tínhamos que dar uma volta imensa até encontrar a ponte na BR-101, para ir a outro município? Põe boca de lobo nisso. É uma grandeza imensa fazer essa ponte unindo dois estados.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. deputado, agradeço o aparte!

Gostaria de falar de Laguna, onde foi inaugurado o sambódromo local. Era um desejo daquela população, o governo realizou, do ladinho do eminente deputado Joares Ponticelli, um pouquinho na frente da terra do seu prefeito de Sangão, do PP. Quer dizer, foi entregue o asfalto à população vizinha.

E aí eu teria que ler aqui muita coisa sobre obras, já deste ano de 2007, mas não tenho tempo para dizer que tudo aquilo que falam dos 100 dias sem governo, sem obra, sem nada, é faltar com a verdade, é tentar enganar a população. Eu só lamento não poder falar das principais obras aqui.

O eminente deputado Professor Grando falou que sexta-feira, às 10h da manhã, estaremos entregando uma ponte que liga Passo de Torres com o Rio Grande do Sul. Há 50 anos foi feito o pedido, prometido e não cumprido, e sexta-feira será entregue à população.

Então, seriam necessários, no mínimo, mais uns 30 minutos para que eu pudesse ler o relatório de obras realizadas como pavimentação, construção e reformas de escolas, para poder mostrar à sociedade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicações Pessoais, com a palavra o eminente deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer o registro de que, na data de hoje, Papanduva está comemorando 53 anos. Um município que tem pautado a sua economia basicamente na agricultura e, em especial, no cultivo da batata, e já foi o celeiro catarinense da semente selecionada. Conta hoje com 17 mil habitantes; foi colonizada por alemães, portugueses e, em especial, no início pelo pouso do caminho dos tropeiros.

Queremos fazer esse registro e desejar ao município de Papanduva êxito tanto da administração, quanto do povo daquele município.

O município de Bela Vista do Toldo, no dia 16 de abril, vai completar 13 anos, também um município que tem a sua economia na agricultura, e onde ainda, diga-se de passagem, é muito cultivado o fumo. Município colonizado por italianos, alemães, poloneses, ucranianos, que teve o início pela passagem dos tropeiros, após a guerra do Contestado, chegando lá mais tarde, japoneses e outras etnias.

Com relação às colocações feitas, no dia de hoje, nesta Casa, por eminentes deputados, tanto da base do governo, quanto da Oposição, eu fiz algumas observações de que a Oposição tem aqui defendido os interesses dos catarinenses, como os governistas defendem o governo, com o objetivo também de defender os catarinenses.

Mas alguns dados me chamaram a atenção. Primeiro, que o governo atual não está apenas 100 dias no governo, são quatro anos e 101 dias. Portanto, não cabe aqui ainda dizer que as obras estão paralisadas por conta do governo Esperidião Amin, ex-governador há mais de quatro anos e que deixou muitas obras importantes, deputado Valmir Comin, a exemplo do BID IV, que teve seqüência com o atual governador Luiz Henrique da Silveira e, temos que reconhecer, foi bom para Santa Catarina. Esse financiamento veio beneficiar principalmente as pavimentações, o acesso aos municípios, e é louvável essa atitude do atual governo que deu seqüência a essas obras. Nós só temos que agradecer, em nome dos catarinenses.

Por outro lado, também não podemos nos omitir quando somos questionados, solicitados pela população catarinense, pelas lideranças, a respeito de compromissos que foram assumidos pelo atual governo e, talvez, por falta de uma avaliação mais criteriosa do orçamento, da situação financeira do estado, esses compromissos, infelizmente, não estão sendo honrados.

E cito alguns exemplos. Assim como foi dito aqui, elencado o número de obras realizadas e não contestamos as obras, aquelas que foram realizadas, temos que reconhecer! Agora, não podemos, deputado Joares Ponticelli, nos omitir, porque lá em Pirabeiraba, na semana passada, eu chegava para tomar um café, e recebi um apelo da comunidade solicitando a volta da atividade na escola, porque os alunos estão freqüentando uma associação recreativa da comunidade, pois a escola está desativada e não se faz recuperação. Lá no distrito de Bateias, no município de Campo Alegre, está acontecendo a mesma coisa, faz quatro anos.

Não estou aqui fazendo acusação a ninguém, apenas lembrando que alguém esqueceu, porque uma escola, tive essa experiência como prefeito, necessita de seis meses, oito meses, no máximo um ano para concluir.

Então alguma coisa falhou! É isso que penso e há de se reconhecer, por parte do governo, que existem essas deficiências. Como existe o problema lá em São Bento do Sul, o compromisso de um caminhão do Corpo de Bombeiros, de um médico legista, de um veículo para a Polícia, uma escola que é o Colégio de Ensino Médio Roberto Grant, e talvez nem seja do conhecimento do governo, mas que está exigindo uniforme para alunos de ensino médio, e essas famílias não têm condições, e por conta disso não estão podendo acessar às aulas. Nós não podemos ficar quietos!

Eu poderia estar aqui citando a paralisação do trecho da rodovia Itaiópolis/Moema/Bom Sucesso; do trecho que já foi citado aqui pelo deputado Reno Caramori que dá acesso a Timbó Grande, a BR-116; do trecho São Bento a Rio Negrinho, no bairro Lençol. O que nós não podemos é nos permitir ficar calado e não defender os interesses dos municípios catarinenses.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Silvío Dreveck, o interessante é que a pele do governo é muito fina. O governo sai do chão quando se faz uma cobrança. A reação do governador, hoje de manhã, com relação às nossas cobranças não é uma reação de quem está tranqüilo, não é uma reação de quem está com a consciência do dever cumprido. É uma reação de quem está devendo para a sociedade. Tanto que fomos convidados ontem para participar de um debate na TVCOM, hoje à noite, no programa *Conversas Cruzadas*, para fazer uma avaliação dos 100 dias, que é tradicional, em todos os governos se faz.

A Oposição confirmou as duas presenças, um representante do PP e um do PT. E para minha surpresa, deputado Silvío Dreveck, acabei de receber uma ligação da TVCOM dizendo que do lado do governo só conseguiram um representante e, por isso, o programa foi cancelado. Só um representante!

E eu ainda disse ao funcionário da RBS que não entendia, pois somos em 13 e temos dois disponíveis para participar do debate. O governo tem 27 e não conseguiu disponibilizar dois deputados para participar de um debate transparente e democrático, para avaliar os 100 dias. É sinal de que as coisas vão bem piores do que nós estamos anunciando.

São realmente 100 dias sem comemoração e sem nada.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Apenas para contraditar o deputado Joares Ponticelli e dizer a s.exa. que a informação que recebi, através do assessor de imprensa da nossa bancada, foi no sentido de que o adiamento do programa que haveria hoje, do debate, para o dia de amanhã, deveu-se, fundamentalmente, ao problema da greve do transporte coletivo havido hoje, na capital, questão pontual, questão momentosa e, por esta razão será este o assunto do debate hoje à noite, ficando o programa concernente à avaliação dos 100 dias de governo para ser marcado para um outro dia desta semana ou da semana que vem.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Deputado João Henrique Blasi, agradecemos a informação.

Para concluir a minha fala, presidente, apenas gostaria de fazer uma referência ao que o deputado Kennedy Nunes colocou, com relação ao cumprimento da lei.

Quando o deputado Kennedy Nunes aqui se pronunciou, fez uma referência ao cumprimento de transparência de recurso, e isso não quer dizer que todas as exigências da lei estão sendo cumpridas, porque na medida em que não se repassa recursos para o transporte escolar, como determina a lei, que é mensalmente, já deixou de se cumprir a lei.

Então, é nesta direção que o deputado quis colocar, que esses recursos eram repassados porque há exigência da lei, e nesse aspecto acho que o governador tem procurado cumprir ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 087, de 24/04/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **JOSÉ AGRÍCIO GONÇALVES**, matrícula nº 1564 e **ISABEL CRISTINA CARNEIRO SCHAEFER**, matrícula nº 1300, eleitos para a Diretoria do **SINDALESC**, biênio 2007/2009, para atuar junto àquela entidade, com remuneração integral e sem prejuízo funcional, a partir de 01/03/2007, revogando-se o Ato da Mesa nº 712, de 15/03/2005.

Deputada Ana Paula Lima - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 088, de 24/04/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

DESIGNAR ANIBAL CANTALÍCIO ESTANISLAU, matrícula nº 1907, para exercer, em substituição, na função de Gerente de Patrimônio, código PL/FC-5, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **SÂNIA BARRETO PERFEITO**, a partir de 23/04/07 (Coordenadoria de Recursos Materiais - DAT).

Deputada Ana Paula Lima - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 089, de 24/04/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

Art. 1º - Considerar "**Ponto Facultativo**" para os servidores da Assembléia Legislativa, o próximo dia 30, segunda-feira, data que antecede o "**Dia do Trabalho**", ressalvados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial, devendo a carga horária suspensa ser compensada nos dias 02, 03, 04, 07, 08 e 09 de maio do corrente ano, na fração de uma hora por dia

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputada Ana Paula Lima - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 090, de 24/04/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0323/07,

CONCEDER a **GILSON LUIZ BORGES**, matrícula nº 1948, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, correspondente a 10% (dez por cento), relativo à execução de atividade insalubre de grau mínimo, a partir de 01/02/07.

Deputada Ana Paula Lima - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1301/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 011/2007, referente a aquisição de 600 doses de vacina VAXGRIP Francesa ou similar, monodose antigripal (vírus fragmentado e inativo), seringa cheia, dose adulto/individual, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: IMUNOSUL DIST. VACINAS E PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Marca: Glaxo Smithkline

Valor do Último Lance: R\$ 10.698,00

Florianópolis, 24 de abril de 2007.

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 028/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 021/2007, celebrado em 23/04/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: CBB PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS LTDA.

OBJETO: Contratação da empresa CBB Produções Jornalísticas Ltda., com vistas ao atendimento do Projeto da ALESC "O Brasil em Debate", neste caso com a apresentação da palestra ministrada pelo Jornalista da Rede Globo de Televisão Cláudio Barcellos de Barcellos, ou simplesmente Caco Barcellos, como é mais conhecido, intitulada de "A Violência Urbana e a Mídia".

VALOR GLOBAL: R\$ 17.449,50 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinqüenta centavos).

REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irrevogável

PRAZO: A data para a apresentação da palestra será a de 23/04/2007, estipulando-se um prazo mínimo de 02 (duas) horas de duração para a execução do objeto.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 9192.8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Referências), da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações; Autorização para Processo Licitatório nº 0433/07 e Inexigibilidade de Licitação CL nº 004/2007; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 23 de abril de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Cláudio Barcellos de Barcellos - CBB Produções Jornalísticas Ltda

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 023/07

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 530/2007

Florianópolis, 26 de janeiro de 2007

Divisão de Cartório - DJ/JCM

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembléia Legislativa

Ref: ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.009406-2/0001-00, na origem 1898000543-1.

Senhor Presidente,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia da decisão exarada nos autos do Arguição de Inconstitucionalidade em apelação Cível em epígrafe, impressa a partir do banco de dados do tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Respeitosamente,

SUZETE OPILHAR
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07

*** X X X ***

OFÍCIO 024/07

Ofício nº 017/2007

Joinville, 30 de março de 2007

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Att. Sr. Presidente da Assembléia

Prezados Senhores,

Ref.: **ENCAMINHA RELATÓRIO DE ATIVIDADES/2006**

Cumprimentando-os cordialmente, estamos através do presente encaminhando a V.Sª., o Relatório de Atividades de 2006, bem como os respectivos Balançetes Financeiros e a Ata de Posse da Nova Diretoria Triênio 2007/2010.

Cordialmente,

Bernardo Küerten

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/07

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1342, de 24/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **SAMUEL SILVA**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Cesar Souza Junior.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1343, de 24/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *De acordo com o 1º Aditivo ao Instrumento de Convênio nº 001/2006-5*

LOTAR **VERA REGINA SIMÃO RZATKI**, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis à disposição na Assembléia Legislativa, na Escola do Legislativo.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1344, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **THESSÁLIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1426, por 30 (trinta) dias, a partir de 30/03/07.

PORTARIA Nº 1345, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1239, por 30 (trinta) dias, a partir de 09/04/07.

PORTARIA Nº 1346, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **IZABEL SONEGO**, matrícula nº 1462, por 30 (trinta) dias, a partir de 12/04/07.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1347, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA NEUZA MARCELINO**, matrícula nº 1360, por 30 (trinta) dias, a partir de 01/04/07.

PORTARIA Nº 1348, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **SILMARA QUINTÃO DA SILVEIRA**, matrícula nº 1582, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/04/07.

PORTARIA Nº 1349, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARCIA BITTENCOURT**, matrícula nº 1401, por 90 (noventa) dias, a partir de 03/04/07.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1350, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SONIA REGINA ARRUDA GONÇALVES**, matrícula nº 1163, por 20 (vinte) dias, a partir de 11/04/07.

PORTARIA Nº 1351, de 24/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA DO CARMO LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1888, por 10 (dez) dias, a partir de 14/04/07.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1352, de 24/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MARGARETH DE FREITAS SILVA**, matrícula nº 3898, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/04/07 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 113/07

Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação e Formação de Mão de Obra André Luiz.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o **Centro de Educação e Formação de Mão de Obra André Luiz**, com sede e foro no Município e Comarca de Lages.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

RENO CARAMORI

Deputado Estadual/PP

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora submetido à consideração de Vossas Excelências tem como objetivo assegurar a entidade beneficiada todos os direitos previstos na legislação vigente.

O Centro de Educação e Formação de Mão de Obra André Luiz é uma sociedade civil, de natureza filantrópica, de personalidade jurídica, direito privado e sem fins econômicos, com finalidade principal promover a educação em todos os níveis e desenvolver programas de assistência e integração social à criança e adolescentes carentes.

Foi fundada no dia 06 de fevereiro de 1971 e reconhecida de Utilidade Pública Municipal através Lei nº 140 de 10/12/1974.

Por tratar-se de uma entidade de comprovado funcionamento, servindo o interesse da coletividade através da prestação de serviços de natureza relevante e notório caráter comunitário e social, solicito aos nobres pares, aprovarem à matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 114/07

Declara de utilidade pública a Cáritas Esperança Três Barras - Cetresb, do município de Três Barras.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Cáritas Esperança Três Barras, com sede no município de Três Barras.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

A Cáritas Esperança Três Barras - Cetresb, com sede e foro no município de Três Barras, fundada em 23 de agosto de 2002, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que tem por finalidade a assistência social, ação cultural, pesquisa e estudos, educação, promoção humana e defesa dos direitos sociais de pessoas, grupos e comunidade econômica mais empobrecida.

Anexo ao presente, segue a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 1º de 7 de julho de 1997.

Assim, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 115/07

Dispõe sobre a adoção de material escolar e de livros didáticos pelos estabelecimentos de ensino e dá outras providências.

Art. 1º - A adoção de material escolar e de livros didáticos pelos estabelecimentos particulares de ensino pré-escolar, de 1º e 2º graus, obedecerá às normas estaduais por esta lei.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se o material escolar o item de uso exclusivo e restritivo ao processo didático-pedagógico que tenha por finalidade o atendimento das necessidades individuais do educando durante a aprendizagem.

Art. 3º - Os estabelecimentos particulares de ensino pré-escolar de 1º e 2º graus divulgarão, durante o período da matrícula, a lista de material escolar solicitando, acompanhada do respectivo plano de execução.

§ 1º - Constará neste plano de execução detalhada e com referência a cada unidade de aprendizagem do período letivo a discriminação dos quantitativos de cada item de material escolar, seguida da descrição da atividade didática para o qual se destina com seus respectivos objetivos e metodologia empregada.

§ 2º - Será facultado aos pais ou, se for o caso, aos responsáveis pelo educando, optar entre o fornecimento integral do material escolar no início do período letivo ou a entrega parcial e parcelada, segundo os quantitativos de cada unidade de aprendizagem, sendo que, neste caso, far-se-á a entrega com antecedência mínima de oito dias do início da unidade.

§ 3º - Fica vedada, sob qualquer pretexto, a indicação pelo estabelecimento de ensino, de preferência por marca ou modelo do material escolar.

§ 4º - Fica proibido constar da lista de material escolar ou, ainda, exigir do educando a qualquer título, material de consumo, de expedientes ou de uso genérico, tais como: papel ofício, papel higiênico, fita adesiva, cartolina, estêncil e tinta para mimeógrafo, verniz corretor, álcool, algodão, artigos de limpeza e higiene, entre outros.

Art. 4º - A lista de material poderá sofrer alterações no decorrer do período letivo, não podendo exceder a 30% (trinta por cento) do originalmente solicitado.

Parágrafo único - Todo material que exceder à cota fixada neste artigo deverá ser suplementado pelo estabelecimento de ensino que o exigir.

Art. 5 - Fica vedada, sob qualquer modalidade, a cobrança de taxa de material escolar.

Art. 6º - Os títulos dos livros didáticos adotados pelos estabelecimentos particulares de ensino só poderão ser substituídos após o prazo de três anos contado de sua adoção.

Art. 7º - Fica proibido condicionar o comparecimento, a participação e permanência do aluno nas atividades escolares, à aquisição ou ao fornecimento de livro didático ou material escolar.

Art. 8º - Os estabelecimentos particulares de ensino que descumprirem as normas desta Lei estarão sujeitos às penalidades fixadas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação correlata.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2007.

José Natal Pereira

Deputado Estadual - PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

Nos inícios dos anos letivos há um fato que atormenta os pais e/ou responsáveis pelos alunos: os elevados custos das mensalidades escolares e as imensuráveis listas de material escolar.

O Projeto de Lei visa proteger o consumidor dos constantes abusos praticados pelas escolas particulares no que concerne a cobrança e exigência da lista de material escolar.

Os materiais que constam das listas fazem os pais imaginarem de que forma os filhos irão utilizar a imensidão de itens exigidos. Infelizmente, muitas escolas utilizam parte do material de expediente e higiene requisitado para suprir seus próprios interesses.

A compra de livros é outro dilema. As escolas tornam eles descartáveis, ou seja, não podem ser reutilizados por irmãos ou outras pessoas, já que ano a ano muitos pais escutam dos dirigentes de muitas escolas que os mesmos se tornaram obsoletos.

O Projeto corrige e disciplina situações referentes ao assunto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 116/07

Declara de utilidade pública a Ong Vida Saudável do Balneário Arroio do Silva, com sede no Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ong Vida Saudável do Balneário Arroio do Silva, Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Valmir Comin
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo precípuo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

A Ong Vida Saudável de Balneário Arroio do Silva, fundada em 03 de outubro do ano de 2003 com sede no Município de Balneário Arroio do Silva no Estado de Santa Catarina, é uma entidade privada, sem fins lucrativos e que tem como seus objetivos melhorar a qualidade de vida das famílias com interesses comuns.

Dentre os diversos serviços prestados a comunidade local como um centro de apoio e encaminhamento, orientação, formação de oficinas de: Artesanato Costura reciclagem, horta, padaria comunitária, entre outra que se fizerem: Educação, Saúde e Lazer. Destacam-se os serviços de orientação de um profissional na área social e outros profissionais voluntários que fazem parte do projeto, dando orientação e participando dos trabalhos junto às famílias.

Pelo acima exposto, considerando relevantes os serviços desenvolvidos, percebe-se inequivocamente o caráter social da referida Entidade, que por não ter fins lucrativos, necessita do amparo e da contra partida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência do dos seus trabalhos.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 117/07

Declara de utilidade pública a Associação Bellunesi Nel Mondo Família de Siderópolis, com sede no Município de Siderópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Bellunesi Nel Mondo Família de Siderópolis, com sede no Município de Siderópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Valmir Comin
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo precípuo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

A Associação Bellunesi Nel Mondo Família de Siderópolis, fundada em 10 de abril do ano de 1994 com sede no Município de Siderópolis no Estado de Santa Catarina, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e que tem como seus objetivos congregar os imigrantes italianos, especialmente os da Província de Belluno, seus descendentes e amigos, promovendo atividades cívicas, culturais e recreativas para manutenção das tradições Belluneses e italianas assim como intercâmbios com as demais associações ítalo - brasileiras.

Temos realizado com grande ênfase o resgate da língua e cultura italiana através de promoções, atividades cívicas, festas típicas, tradições esportivas, recreativas e religiosas, ofertados a comunidade local especialmente a descendentes italianos, mantendo as tradições belluneses.

Pelo acima exposto, considerando relevantes as atividades desenvolvidas, percebe-se inequivocamente o caráter social da referida Entidade, que por não ter fins lucrativos, necessita do amparo e da contra partida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência do dos seus trabalhos.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 118/07

Revoga a Lei nº 13.057, de 02 de julho de 2004, que declara de utilidade pública a Associação Migueloestina de Amparo Regular, de São Miguel d'Oeste.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13.057, de 02 de julho de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de abril de 2007.

Deputado **JOÃO HENRIQUE BLASI**

*Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07*

JUSTIFICATIVA

Foi encaminhado a esta Casa Legislativa expediente da Associação Migueloestina de Amparo Regular, informando sobre a extinção da entidade, com a correspondente baixa de seu registro na Secretaria da Receita Federal.

Com isso, solicitou-se fosse colocado termo final à declaração de utilidade pública atribuída àquela Associação pela Lei nº 13.057, de 02 de julho de 2004, motivo pelo qual se justifica esta proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 119/07

Dispõe sobre a inclusão no currículo dos estabelecimentos de ensino de educação básica, da rede estadual de educação do Estado de Santa Catarina, de conteúdos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 1º Ficam incluídos no currículo dos estabelecimentos de ensino de educação básica, da rede escolar do Estado de Santa Catarina, conteúdos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Educação proporcionará capacitação para os educadores da rede estadual e regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

*Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07*

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei visa criar mecanismos para prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Somos sabedores de que somente por meio da educação poderemos criar novos valores que possibilitem vivermos numa sociedade com menos violência. Incluir este debate sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher nos currículos escolares permitirá que a sociedade organizada, juntamente com professores e alunos, possa trilhar novos caminhos na relação entre homens e mulheres.

O Fórum Estadual Da Lei Maria da Penha instituído por inúmeras entidades sociais, autoridades públicas e profissionais têm encaminhado deliberação pela inclusão deste debate nos espaços escolares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 120/07

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - ABEQUI, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - ABEQUI, com sede e foro no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jorginho Mello

*Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07*

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - ABEQUI, com sede e foro no município de Florianópolis, fundada em 1º de novembro de 2005.

Trata-se de sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado que tem por objetivo defender e coordenar os interesses profissionais e sociais dos engenheiros de aquicultura, promover, dirigir, expor, publicar e participar de trabalhos que interessem à engenharia de aquicultura, fomentar e manter intercâmbio com associações congêneres do País, promovendo o aprimoramento, o desenvolvimento e a valorização profissional do engenheiro de aquicultura, através do pleno exercício da profissão, da fiel execução e aprimoramento das leis específicas em vigor e do respeito ao Código de Ética Profissional, dentre outras finalidades inseridas no Capítulo I do Estatuto.

Para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a supracitada Associação seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 121/07

Declara de utilidade pública o Centro Holístico Luzes da Esperança, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Holístico Luzes da Esperança, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jorginho Mello

*Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07*

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo que declara de utilidade pública estadual o Centro Holístico Luzes da Esperança, com sede no município de Florianópolis, associação civil, com fins não lucrativos, cuja finalidade precípua é a prática da caridade e a propagação de doutrina espírita, junto à comunidade e seus associados, através da formação de grupos de projetos e obras, assistência social, terapias complementares, evangelização infantil, atendimento fraterno entre outros.

Para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o reconhecimento da utilidade pública da referida entidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 122/07

Declara de Utilidade Pública a "Associação Riocedrense de Karatê" com sede e foro na Cidade de Rio dos Cedros.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa Decreta e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação Riocedrense de Karatê", pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos, CGC-MF nº 08.140.573/0001-22, fundada em 08 de março de 2003, com sede e foro na Cidade de Rio dos Cedros.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis (SC), 23 de abril de 2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL PEREIRA

*Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07*

JUSTIFICATIVA

A presente entidade "Associação Riocedrense de Karatê", fundada em 08 de março de 2003, situada na Rua Nereu Ramos nº 21, Centro, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Rio dos Cedros.

Importante salientar que a referida entidade tem por finalidade colaborar na formação de melhores cidadãos, através do aperfeiçoamento moral e intelectual, assim como, fortalecendo o caráter dos jovens e praticantes de tal esporte - Karatê.

Sabemos da valorização do trabalho desenvolvido por esta entidade que tem como um dos seus principais objetivos a integração do praticante desta arte/esporte com a sociedade, em todo o seu exercício.

Face a relevância dos propósitos da referida entidade, tenho certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 123/07

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado, no âmbito da Administração Pública direta e indireta no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - É obrigatório o uso de papel reciclado por parte de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, de acordo com os seguintes percentuais mínimos do total de papel utilizado, a partir da data de vigência desta Lei:

I - 10% (dez por cento) no primeiro ano;

II - 30% (trinta por cento) no segundo ano;

III - 50% (cinquenta por cento) a partir do terceiro ano;

§ 1º - Em qualquer caso o papel reciclado deverá atender às especificações técnicas requeridas para o uso a que se destina.

§ 2º - Sempre que houver indisponibilidade de oferta pelo mercado de papel reciclado na quantidade requerida pela Administração ou o preço mínimo cotado em licitação pública para a sua compra for superior ao preço de mercado do papel convencional, o órgão ou entidade licitante, mediante justificativa fundamentada, estará liberado de cumprir os percentuais definidos no caput.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor após 90 (noventa dias da data de sua publicação).

Sala das Sessões,

Narciso Parisotto
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

No Brasil, um cidadão consome, em média, no período de um ano, uma quantidade de papel equivalente a duas árvores de grande porte. A produção do papel não reciclado causa inúmeros danos ambientais: o desmatamento, desperdício de água (500 litros por quilograma de papel não reciclado), poluição química causada pelos produtos utilizados no branqueamento do papel e aumento do volume de lixo nos aterros sanitários.

Por outro lado, a reciclagem proporciona benefícios, tanto para o meio ambiente quanto para o próprio ser humano. Segundo um estudo realizado na área de Educação Ambiental pela PUC do Estado do Paraná a reciclagem do papel proporciona:

A diminuição e a prevenção de riscos na saúde pública: Os resíduos são destinados a lixões ou aterros sanitários com a reciclagem, portanto, não contaminam o solo, os rios e o ar, que indiretamente causariam doenças, e também não favorecem a proliferação de agentes patogênicos (que causam graves doenças).

A diminuição e a prevenção de impactos ambientais: Tanto os resíduos não degradáveis como os degradáveis, ou orgânicos, por sua enorme quantidade, não são assimilados pelos organismos decompositores, persistindo nos solos e nos corpos hídricos por longos períodos, impossibilitando ou dificultando a sobrevivência de inúmeros seres vivos e, por conseqüência, causando desequilíbrios ecológicos em todos os ecossistemas do nosso Planeta.

A diminuição e a prevenção da exploração dos recursos naturais: Com a volta dos materiais ao ciclo produtivo, não é necessário que novos recursos naturais sejam utilizados.

Também neste estudo é divulgado as vantagens econômicas quanto à utilização do papel reciclável, entre elas, a economia de recursos naturais, diminuição de gastos na limpeza urbana, no tratamento de doenças, no controle da poluição, na remediação de áreas degradadas, com a energia elétrica (necessária para gerar produtos a partir de matéria prima bruta) e na geração de empregos, tanto para a população não-qualificada quanto para o setor industrial.

A obrigatoriedade da utilização de papel reciclado na administração pública estadual direta e indireta diminuirá todos os dados ambientais acima mencionados.

Também servirá de exemplo para as empresas particulares, já que os problemas ambientais causados pela produção de papel não reciclado atingem todo o planeta.

A efetivação desta proposição estimulará a criação de novas empresas de reciclagem, gerando mais empregos e campos de investimentos.

O preço e a qualidade papel reciclado são os mesmos do papel comum. Por isso as instituições públicas não sairão prejudicadas e muito menos as empresas de reciclagem, que poderão aderir a uma campanha de marketing ecológico, alegando uso do papel ecologicamente correto.

É uma proposta em que tanto o meio ambiente quanto a economia e o cidadão sairão beneficiados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 124/07

Altera a Lei nº. 10.931, de 27 de outubro de 1998, que dispõe sobre a descentralização da merenda escolar e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 1º e o art. 4º da Lei nº 10.931, de 27 de outubro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Cinquenta por cento dos recursos destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos educacionais do Estado serão repassados, em parcelas mensais, às unidades escolares.

(...)

Art. 4º Na aquisição dos gêneros alimentícios serão priorizados os produtos da agricultura familiar de cada região.

§ 1º As unidades escolares poderão adotar, no que couber, o sistema de aquisição instituído pelo art. 19 da Lei federal nº 10.696/2003 e seus regulamentos, ficando dispensada a licitação para a aquisição de produtos que não extrapolem anualmente o limite fixado no artigo 24, II, da Lei Federal 8666/93, por produtor.

§ 2º A aquisição de produtos alimentícios deverá respeitar os valores praticados nos mercados de cada região.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PADRE PEDRO BALDISSERA
Deputado Estadual - PT/SC

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/07

JUSTIFICATIVA

A aprovação do presente projeto de lei facilitará a aquisição de produtos e incentivará a agricultura familiar local, conforme vem acontecendo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de que trata o artigo 19 da Lei Federal nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 2 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006.

Na aquisição de gêneros alimentícios, conforme prevê o projeto em tela, prioritariamente os produtos da agricultura familiar de cada região, escolas da rede pública estadual poderão adotar o sistema instituído pelo art. 19 da Lei Federal nº 10.696/2003, ficando dispensadas das licitações, desde que não extrapolem anualmente o limite fixado no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93 por produtor.

Portanto, este projeto poderá transformar-se num eficaz instrumento de política pública, atendendo às reivindicações dos agricultores que trabalham em regime de economia familiar, gerando mais desenvolvimento e economia, e incentivando os pequenos agricultores à permanência no campo. Além disso, a merenda que chegará até os pequenos estudantes terá mais qualidade, pois chegará a partir de um pequeno percurso de transporte, consumindo menos tempo entre a colheita e a mesa e exigindo menos desgaste do acondicionamento do produto transportado.

Essas, portanto, são algumas das razões pelas quais apresentamos a presente proposição - que poderá receber sugestões de melhorias - contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

*** X X X ***

RELATÓRIO E VOTO**RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº
PLC/0007.3/2007**

“Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outras providências.”

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Marcos Vieira

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de origem governamental, fulcrado no art. 50 da Carta Política Estadual, enviado a este Poder por meio da Mensagem nº 074, de 27 de fevereiro de 2007, com tramitação em regime de urgência, cujo prazo, diga-se de passagem, já encontra-se vencido, acompanhado da Exposição de Motivos nº 001/07, subscrita pelo Secretário de Estado da Infra-Estrutura, em exercício (fls. 03/04), dispondo sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, e estabelecendo outras providências.

Encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça, fui designado relator, tendo apresentado Relatório e Voto (fls 14 e 15) na Sessão desta Comissão realizada em 3 do corrente, pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo global constante de fls. 16 a 24.

A deliberação do processo ficou sobrestada diante de pedidos de vistas formulado pelos Excelentíssimos Deputados Pe. Pedro Baldissera e Joares Ponticelli, tendo este último, entretanto, optado por efetuar a sua devolução sem oferecer manifestação.

De outro norte, após minuciosa análise e revisão do mesmo, constatei a necessidade de serem efetuados alguns ajustes no seu texto, para adequar as suas disposições à estrutura constante do Anexo Único do substituto global já apresentado, que estabeleça a estrutura de cargos daquela autarquia, além de proporcionar plena paridade na composição do Conselho Administrativo.

VOTO:

Desta forma, atendidos os pressupostos estabelecidos no Inciso I do art. 142 do Regimento Interno, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2007, no âmbito desta Comissão, na forma do novo substitutivo global que ora apresento.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2007.

Deputado Marcos Vieira

Relator

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 0007.3/2007

Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, terá sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Constitui objetivo do DEINFRA implementar a política formulada pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, para a infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de Santa Catarina, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços de interesse do Estado, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A infra-estrutura de transportes, afeta ao DEINFRA, compreende os sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, as vias navegáveis, as instalações portuárias e as aeroviárias.

Art. 3º Ao DEINFRA compete, em conformidade com seu objetivo institucional:

I - implementar a política estadual atinente à infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

II - apoiar as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no que se refere à sua área de atuação;

III - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado, incluída a recuperação de áreas de interesse da Defesa Civil;

IV - definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado;

V - regulamentar e autorizar as ocupações de terrenos e as edificações por terceiros, a construção de acessos ou o uso de travessias de qualquer natureza, em áreas de domínio da infra-estrutura do Estado;

VI - fiscalizar, controlar e administrar, nas áreas de domínio da infra-estrutura do Estado, as ocupações de terrenos e as edificações por terceiros, a construção de acessos ou o uso de travessias de qualquer natureza, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

VII - exercer o controle direto ou indireto do trânsito, bem como outras atividades correlacionadas a operação das rodovias sob a jurisdição do Estado;

VIII - exercer o poder de polícia de tráfego e as competências estabelecidas no art. 21 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, nas rodovias sob a jurisdição do Estado;

IX - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, convênios de delegação de encargos, firmados com a União ou Municípios, de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramentos, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas situados no Estado de Santa Catarina;

X - participar de negociações de empréstimos, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;

XI - realizar programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, promovendo a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

XII - firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais, no exercício de suas atribuições, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

XIII - delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de empreendimentos de infra-estrutura do Estado, de sua competência, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

XIV - elaborar o próprio orçamento, em consonância com a orientação sistêmica da área de planejamento do Estado, bem como proceder a sua execução;

XV - adquirir ou alienar seus bens patrimoniais;

XVI - administrar pessoal, patrimônio e material da Autarquia e executar serviços gerais relativos às suas atividades institucionais;

XVII - proceder estudos, para revisão periódica, e dar manutenção aos cadastros relacionados aos Planos de Transportes do Estado e outros inerentes à esfera de atuação do DEINFRA; e

XVIII - manter memória técnica das pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos III, IV, VII, X, XIII, XVI e XVII deste artigo, no que couber, poderão ser desempenhadas mediante execução direta ou indireta.

Art. 4º A estrutura organizacional básica do DEINFRA compreende:

I - Órgão de Deliberação Coletiva:

a) Conselho Administrativo;

II - Órgãos de Assessoramento ao Presidente:

a) Gabinete do Presidente;

1. Assistência do Presidente;

2. Procuradoria Jurídica;

3. Assistência Jurídica;

4. Consultoria de Controle de Gestão;

5. Consultoria de Licitações;

6. Consultoria Executiva de Infra-Estrutura;

7. Consultoria de Programas Especiais; e

8. Consultoria Técnica;

III - Órgãos de Atividade-Meio:

a) Diretoria de Administração:

1. Assistência do Diretor;

2. Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade;

3. Gerência de Recursos Humanos;

4. Gerência de Apoio Operacional; e

5. Gerência de Tecnologia de Informação;

b) Diretoria de Planejamento e Projetos:

1. Gerência de Planejamento de Infra-Estrutura;

2. Gerência de Orçamento;

3. Gerência de Estudos e Projetos; e

4. Gerência de Meio Ambiente; e

IV - Órgãos de Atividades Finalísticas:

a) Diretoria de Obras Cíveis:

1. Gerência de Edificações; e

2. Gerência de Obras Hidráulicas;

b) Diretoria de Obras de Transportes:

1. Gerência de Obras de Transportes;

2. Gerência de Contratos; e

3. Gerência de Obras Especiais;

c) Diretoria de Manutenção e Operação:

1. Gerência de Manutenção;

2. Gerência de Operação; e

3. Gerência de Faixas de Domínio; e

d) Superintendências:

1. Superintendência Regional Sul - Criciúma;

2. Superintendência Regional Norte - Joinville;

3. Superintendência Regional Litoral Centro - Florianópolis;

4. Superintendência Regional Vale - Blumenau;

5. Superintendência Regional Planalto - Lages;

6. Superintendência Regional Oeste - Chapecó;

7. Superintendência Regional Meio-Oeste - Joaçaba; e

8. Superintendência Regional Extremo-Oeste - São Miguel d'Oeste.

Art. 5º Compete ao Conselho Administrativo deliberar sobre:

I - aprovação, em primeira instância, dos Planos de Transportes do Estado e dos demais planos afetos à esfera de atuação do DEINFRA;

II - programas de atividades, orçamento anual e planejamento plurianual do DEINFRA;

III - editais de licitações e contratações de obras, serviços e aquisição de materiais;

IV - convênios com órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais;

V - acordos, contratos, termos aditivos e atos análogos relacionados, no todo ou em parte, com a esfera de atividades da Autarquia;

VI - aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, pelo DEINFRA, na forma regulamentar;

VII - homologação e adjudicação de licitações, referentes a obras, serviços, compras, alienações e concessões de obras e serviços públicos;

VIII - tabelas de preços de obras e serviços;

IX - estabelecimento de normas e especificações técnicas para obras, serviços e utilização da faixa de domínio;

X - operações de crédito, propondo ao Governo meios e recursos para as respectivas amortizações;

XI - taxas, tarifas e preços de bens e serviços públicos, atinentes à área de atuação do DEINFRA e em consonância com as diretrizes governamentais vigentes;

XII - limites das rodovias sob jurisdição do Estado, à luz do Plano Rodoviário Estadual - PRE; e

XIII - outros assuntos relativos ao DEINFRA, encaminhados pelo seu Presidente.

§ 1º As decisões do Conselho Administrativo serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, sendo registradas em atas, que ficarão disponíveis para conhecimento geral, juntamente com os respectivos documentos de instrução.

§ 2º Os membros do Conselho Administrativo responderão solidariamente por todos os atos praticados pelo Conselho, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata, lavrada na reunião na qual foi tomada a decisão.

Art. 6º O Conselho Administrativo terá a seguinte composição:

I - Presidente do DEINFRA, que presidirá o Conselho Administrativo;

II - Consultor Executivo de Infra-Estrutura do DEINFRA, substituto imediato do Presidente;

III - Consultor de Controle de Gestão do DEINFRA;

IV - Consultor de Licitações;

V - um representante da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;

VI - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

VII - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento; e

VIII - um representante da Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

Parágrafo único. O Conselho será secretariado por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da Autarquia, designado pelo Presidente.

Art. 7º Compete ao Presidente do DEINFRA, observado, no que couber, as deliberações do Conselho Administrativo:

I - administrar a Autarquia e exercer a Presidência do Conselho Administrativo;

II - promover a edição de normas e especificações técnicas sobre matérias de competência do DEINFRA;

III - assinar os atos de homologação e adjudicação de licitações, após deliberação do Conselho Administrativo a respeito;

IV - celebrar convênios, acordos, contratos, termos aditivos e atos análogos;

V - executar os atos necessários à aquisição ou alienação de bens;

VI - nomear e dar posse aos servidores do quadro de pessoal da Autarquia e expedir atos de promoção, licenças, exoneração e remoção de servidores;

VII - movimentar, diretamente ou por delegação, as dotações do DEINFRA constantes do Orçamento do Estado e os créditos adicionais;

VIII - determinar a instauração de sindicâncias, processos disciplinares ou tomadas de contas especiais; e

IX - submeter à aprovação do Conselho Administrativo matérias que exijam deliberação coletiva.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente a representação, judicial ou extrajudicial do DEINFRA, o comando hierárquico do quadro de pessoal e a supervisão das suas unidades administrativas.

Art. 8º Os cargos de Direção e Gerência, que exigirem responsabilidade técnica para o seu exercício, obedecerão ao preceituado pela Lei federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e alterações subsequentes.

Art. 9º O Procurador Jurídico do DEINFRA, para o exercício do cargo, deverá estar no gozo de seus direitos junto à Ordem dos Advogados do Brasil e ter experiência no exercício da advocacia.

Parágrafo único. Ao Procurador Jurídico compete exercer a representação judicial do DEINFRA.

Art. 10. Os cargos em comissão do quadro permanente de pessoal do DEINFRA são os constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 11. Constituem receitas do DEINFRA:

I - repasses do Tesouro do Estado para fazer frente às suas dotações, consignadas no Orçamento do Estado, e créditos especiais, bem como os decorrentes de transferências;

II - remuneração referentes a prestações de serviços, inclusive serviços de laboratório;

III - recursos vinculados a acordos, convênios, contratos e atos análogos;

IV - produto da cobrança de emolumentos, taxas e multas; e

V - outras receitas, inclusive as resultantes da alienação de bens e da aplicação de valores patrimoniais, operações de crédito, doações e legados.

Art. 12. O Poder Executivo aprovará, por decreto, o Regimento Interno do DEINFRA, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. O Regimento Interno, de que trata o *caput* deste artigo, regulamentará o funcionamento e as responsabilidades do Conselho Administrativo, das Diretorias, das Consultorias, das Gerências e das demais instâncias que compõem a estrutura organizacional da Autarquia.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 17/04/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 17/04/07

ANEXO ÚNICO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA - DEINFRA

ENTIDADE	Quantidade	Código	Nível
DENOMINAÇÃO DO CARGO			
GABINETE DO PRESIDENTE			
Presidente	1		
Assistente do Presidente	1	DGS/FTG	2
Consultor Executivo de Infra-Estrutura	1	DGS/FTG	1
Procurador Jurídico	1	DGS/FTG	1
Assistente Jurídico	2	DGS/FTG	2
Consultor de Licitações	1	DGS/FTG	1
Consultor Técnico	4	DGI	1
Superintendente Regional	8	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Diretor de Administração	1	DGS/FTG	1
Assistente do Diretor	1	DGS/FTG	3
Gerente de Recursos Humanos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia de Informação	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS			
Diretor de Planejamento e Projetos	1	DGS/FTG	1
Gerente de Planejamento de Infra-Estrutura	1	DGS/FTG	2
Gerente de Estudos e Projetos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Meio Ambiente	1	DGS/FTG	2

DIRETORIA DE OBRAS CIVIS			
Diretor de Obras Cívicas	1	DGS/FTG	1
Gerente de Obras Hidráulicas	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE OBRAS DE TRANSPORTES			
Diretor de Obras de Transportes	1	DGS/FTG	1
Gerente de Obras de Transportes	1	DGS/FTG	2
Gerente de Obras Especiais	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO			
Diretor de Manutenção e Operação	1	DGS/FTG	1
Gerente de Manutenção	1	DGS/FTG	2
Gerente de Operação	1	DGS/FTG	2
FUNÇÃO GRATIFICADA			
Consultor de Programas Especiais	2	FG	1
Consultor de Controle de Gestão	1	FG	1
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade	1	FG	2
Gerente de Faixas de Domínio	1	FG	2
Gerente de Orçamento	1	FG	2
Gerente de Edificações	1	FG	2
Gerente de Contratos	1	FG	2

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

REFERÊNCIA: PLC 0007/2007

PROCEDÊNCIA: Executivo

EMENTA: Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outras providências.

RELATOR: Dep. Marcos Vieira

Senhor Presidente
Senhores Deputados,

I - RELATÓRIO

Tratam os autos de projeto de lei complementar, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre a organização do DEINFRA.

A matéria foi lida no expediente da sessão do dia 28/02/2007, tendo sido remetida a esta Comissão, onde o Dep. Marcos Vieira foi incumbido da relatoria.

II - PARECER

Senhores Deputados, ao analisar o projeto, encontrei problemas no parágrafo único do art. 3º. O mencionado dispositivo dispõe:

Art. 3º (...)

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos III, IV, VII, X, XIII, XVI e XVII deste artigo, no que couber, poderão ser desempenhadas mediante execução direta ou indireta.

Pela redação deste dispositivo, várias atribuições do DEINFRA poderão ser terceirizadas a empresas privadas, tendo em vista que a execução indireta pressupõe a contratação de um terceiro para a realização da atribuição legalmente destinada à autarquia.

Ocorre, dentre as possibilidades de terceirização, estão atribuições finalísticas do DEINFRA, como a administração de pessoal, patrimônio e material da autarquia, ou mesmo a definição de padrões, normas e especificações técnicas de planos, programas, construção, conservação e melhoramentos da infra-estrutura do Estado.

Ou seja, o projeto abre possibilidade para a total terceirização da autarquia. Diante disso, fiz contato com o sindicato da categoria, que indicou outros problemas de mérito na proposição.

Sendo assim, apresento uma emenda substitutiva global, sugerida pelo sindicato da categoria, para sanar os problemas apontados.

Por fim, ressalto que o Tribunal de Justiça já decidiu que "não é lícito à autarquia terceirizar os serviços públicos que constituem a finalidade para a qual foi criada" - Agravo de Instrumento nº 2003.026035-8, relator Desembargador Newton Trisotto.

III - VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **ADMISSIBILIDADE** do projeto, com a redação da emenda, com a redação da emenda substitutiva global que acompanha este voto.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2007.

Relator Dep. Padre Pedro Baldissera

Bancada do Partido dos Trabalhadores

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL

Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, terá sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Constitui objetivo do DEINFRA implementar a política formulada pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, para a infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de Santa Catarina, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços de interesse do Estado, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A infra-estrutura de transportes, afeta ao DEINFRA, compreende os sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, as vias navegáveis, as instalações portuárias e as aeroviárias.

Art. 3º Ao DEINFRA compete, em conformidade com seu objetivo institucional:

I - implementar a política estadual atinente à infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

II - apoiar as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no que se refere à sua área de atuação;

III - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado, incluída a recuperação de áreas de interesse da Defesa Civil;

IV - definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado;

V - regulamentar e autorizar as ocupações de terrenos e as edificações por terceiros, a construção de acessos ou o uso de travessias de qualquer natureza, em áreas de domínio da infra-estrutura do Estado;

VI - fiscalizar, controlar e administrar, nas áreas de domínio da infra-estrutura do Estado, as ocupações de terrenos e as edificações por terceiros, a construção de acessos ou o uso de travessias de qualquer natureza, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

VII - exercer o controle direto ou indireto do trânsito, bem como outras atividades correlacionadas a operação das rodovias sob a jurisdição do Estado;

VIII - exercer o poder de polícia de tráfego e as competências estabelecidas no art. 21 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, nas rodovias sob a jurisdição do Estado;

IX - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, convênios de delegação de encargos, firmados com a União ou Municípios, de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramentos, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas situados no Estado de Santa Catarina;

X - participar de negociações de empréstimos, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;

XI - realizar programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, promovendo a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

XII - firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais, no exercício de suas atribuições, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

XIII - delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de empreendimentos de infra-estrutura do Estado, de sua competência, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

XIV - elaborar o próprio orçamento, em consonância com a orientação sistêmica da área de planejamento do Estado, bem como proceder a sua execução;

XV - adquirir ou alienar seus bens patrimoniais;

XVI - administrar pessoal, patrimônio e material da Autarquia e executar serviços gerais relativos às suas atividades institucionais;

XVII - proceder estudos, para revisão periódica, e dar manutenção aos cadastros relacionados aos Planos de Transportes do Estado e outros inerentes à esfera de atuação do DEINFRA; e

XVIII - manter memória técnica das pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência; e

XIX - fixar e arrecadar as taxas decorrentes do uso das áreas de domínio da infra-estrutura do Estado.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos XVII e XVIII deste artigo, no que couber, poderão ser desempenhadas mediante execução direta ou indireta.

Art. 4º A estrutura organizacional básica do DEINFRA compreende:

I - Órgão de Deliberação Coletiva:

a) Conselho Administrativo;

II - Órgãos de Assessoramento ao Presidente:

a) Gabinete do Presidente:

1. Assistência do Presidente;

2. Procuradoria Jurídica;

3. Assistência Jurídica;

4. Consultoria de Controle de Gestão;

5. Consultoria de Licitações;

6. Consultoria Executiva de Infra-Estrutura;

7. Consultoria de Programas Especiais; e

8. Consultoria Técnica;

III - Órgãos de Atividade-Meio:

a) Diretoria de Administração:

1. Assistência do Diretor;

2. Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade;

3. Gerência de Recursos Humanos;

4. Gerência de Apoio Operacional; e

5. Gerência de Tecnologia de Informação;

b) Diretoria de Planejamento e Projetos:

1. Gerência de Planejamento de Infra-Estrutura;

2. Gerência de Orçamento;

3. Gerência de Estudos e Projetos; e

4. Gerência de Meio Ambiente; e

IV - Órgãos de Atividades Finalísticas:

a) Diretoria de Obras Cíveis:

1. Gerência de Edificações; e

2. Gerência de Obras Hidráulicas;

b) Diretoria de Obras de Transportes:

1. Gerência de Obras de Transportes;

2. Gerência de Contratos; e

3. Gerência de Obras Especiais;

c) Diretoria de Manutenção e Operação:

1. Gerência de Manutenção;

2. Gerência de Operação; e

3. Gerência de Faixas de Domínio; e

d) Superintendências:

1. Superintendência Regional Sul - Criciúma;

2. Superintendência Regional Norte - Joinville;

3. Superintendência Regional Litoral Centro - Florianópolis;

4. Superintendência Regional Vale - Blumenau;

5. Superintendência Regional Planalto - Lages;

6. Superintendência Regional Oeste - Chapecó;

7. Superintendência Regional Meio-Oeste - Joaçaba; e

8. Superintendência Regional Extremo-Oeste - São Miguel

d'Oeste.

Parágrafo Único - Os Cargos em Comissão indicados nos Incisos II, III e IV, deste artigo, deverão ser ocupados obrigatoriamente por servidores efetivos do Quadro de Pessoal do DEINFRA.

Art. 5º Compete ao Conselho Administrativo deliberar sobre:

I - aprovação, em primeira instância, dos Planos de Transportes do Estado e dos demais planos afetos à esfera de atuação do DEINFRA;

II - programas de atividades, orçamento anual e planejamento plurianual do DEINFRA;

III - editais de licitações e contratações de obras, serviços e aquisição de materiais;

IV - convênios com órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais;

V - acordos, contratos, termos aditivos e atos análogos relacionados, no todo ou em parte, com a esfera de atividades da Autarquia;

VI - aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, pelo DEINFRA, na forma regulamentar;

VII - homologação e adjudicação de licitações, referentes a obras, serviços, compras, alienações e concessões de obras e serviços públicos;

VIII - tabelas de preços de obras e serviços;

IX - estabelecimento de normas e especificações técnicas para obras, serviços e utilização da faixa de domínio;

X - operações de crédito, propondo ao Governo meios e recursos para as respectivas amortizações;

XI - taxas, tarifas e preços de bens e serviços públicos, atinentes à área de atuação do DEINFRA e em consonância com as diretrizes governamentais vigentes;

XII - limites das rodovias sob jurisdição do Estado, à luz do Plano Rodoviário Estadual - PRE; e

XIII - outros assuntos relativos ao DEINFRA, encaminhados pelo seu Presidente.

§ 1º As decisões do Conselho Administrativo serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, sendo registradas em atas, que ficarão disponíveis para conhecimento geral, juntamente com os respectivos documentos de instrução.

§ 2º Os membros do Conselho Administrativo responderão solidariamente por todos os atos praticados pelo Conselho, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata, lavrada na reunião na qual foi tomada a decisão.

Art. 6º O Conselho Administrativo terá a seguinte composição:

I - Presidente do DEINFRA, que presidirá o Conselho Administrativo;

II - Consultor Executivo de Infra-Estrutura do DEINFRA, substituto imediato do Presidente;

III - Consultor de Controle de Gestão do DEINFRA;

IV - Consultor de Licitações;

V - um representante da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;

VI - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

VII - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento; e

VIII - um representante da Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

Parágrafo único. O Conselho será secretariado por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da Autarquia, designado pelo Presidente.

Art. 7º Compete ao Presidente do DEINFRA, observado, no que couber, as deliberações do Conselho Administrativo:

I - administrar a Autarquia e exercer a Presidência do Conselho Administrativo;

II - promover a edição de normas e especificações técnicas sobre matérias de competência do DEINFRA;

III - assinar os atos de homologação e adjudicação de licitações, após deliberação do Conselho Administrativo a respeito;

IV - celebrar convênios, acordos, contratos, termos aditivos e atos análogos;

V - executar os atos necessários à aquisição ou alienação de bens;

VI - nomear e dar posse aos servidores do quadro de pessoal da Autarquia e expedir atos de promoção, licenças, exoneração e remoção de servidores;

VII - movimentar, diretamente ou por delegação, as dotações do DEINFRA constantes do Orçamento do Estado e os créditos adicionais;

VIII - determinar a instauração de sindicâncias, processos disciplinares ou tomadas de contas especiais; e

IX - submeter à aprovação do Conselho Administrativo matérias que exijam deliberação coletiva.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente a representação, judicial ou extrajudicial do DEINFRA, o comando hierárquico do quadro de pessoal e a supervisão das suas unidades administrativas.

Art. 8º Os cargos de Direção e Gerência, que exigirem responsabilidade técnica para o seu exercício, obedecerão ao preceituado pela Lei federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e alterações subsequentes.

Art. 9º O Procurador Jurídico do DEINFRA, para o exercício do cargo, deverá estar no gozo de seus direitos junto à Ordem dos Advogados do Brasil e ter experiência no exercício da advocacia.

Parágrafo único. Ao Procurador Jurídico compete exercer a representação judicial do DEINFRA.

Art. 10. Os cargos em comissão do quadro permanente de pessoal do DEINFRA são os constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 11. Constituem receitas do DEINFRA:

I - repasses do Tesouro do Estado para fazer frente às suas dotações, consignadas no Orçamento do Estado, e créditos especiais, bem como os decorrentes de transferências;

II - remuneração referentes a prestações de serviços, inclusive serviços de laboratório;

III - recursos vinculados a acordos, convênios, contratos e atos análogos;

IV - produto da cobrança de emolumentos, taxas e multas; e

V - outras receitas, inclusive as resultantes da alienação de bens e da aplicação de valores patrimoniais, operações de crédito, doações e legados.

Art. 12. O Poder Executivo aprovará, por decreto, o Regimento Interno do DEINFRA, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. O Regimento Interno, de que trata o *caput* deste artigo, regulamentará o funcionamento e as responsabilidades do Conselho Administrativo, das Diretorias, das Consultorias, das Gerências e das demais instâncias que compõem a estrutura organizacional da Autarquia.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA - DEINFRA

ENTIDADE	Quantidade	Código	Nível
DENOMINAÇÃO DO CARGO			
GABINETE DO PRESIDENTE			
Presidente	1		
Consultor Executivo de Infra-Estrutura	1	DGS/FTG	1
Procurador Jurídico	1	DGS/FTG	1
Assistente Jurídico	2	DGS/FTG	2
Consultor de Licitações	1	DGS/FTG	1
Consultor Técnico	4	DGI	1
Superintendente Regional	8	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Diretor de Administração	1	DGS/FTG	1
Gerente de Recursos Humanos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia de Informação	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS			
Diretor de Planejamento e Projetos	1	DGS/FTG	1
Gerente de Planejamento de Infra-Estrutura	1	DGS/FTG	2
Gerente de Estudos e Projetos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Meio Ambiente	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE OBRAS CIVIS			
Diretor de Obras Cívicas	1	DGS/FTG	1
Gerente de Obras Hidráulicas	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE OBRAS DE TRANSPORTES			
Diretor de Obras de Transportes	1	DGS/FTG	1
Gerente de Obras de Transportes	1	DGS/FTG	2
Gerente de Obras Especiais	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO			
Diretor de Manutenção e Operação	1	DGS/FTG	1
Gerente de Manutenção	1	DGS/FTG	2
Gerente de Operação	1	DGS/FTG	2
FUNÇÃO GRATIFICADA			
Consultor de Programas Especiais	2	FG/FTG	1
Consultor de Controle de Gestão	1	FG/FTG	1
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade	1	FG/FTG	2
Gerente de Faixas de Domínio	1	FG/FTG	2

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 009/07

Denomina Antonio Henrique Bulcão Vianna o hangar do Governo do Estado junto ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Antonio Henrique Bulcão Vianna o hangar do Governo do Estado junto ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 013/2007

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 279, de 2004, que atualiza valores dos emolumentos e custas judiciais e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 15-A à Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004, nos seguintes termos:

"Art. 15 -A. Na lavratura da escritura pública ou compromisso de compra e venda, excetuado a realizada com a participação de corretoras, deverá constar o nome completo do corretor e o respectivo número de registro junto ao Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina CRECI - SC." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 025/07

Denomina Rodovia Alexandre Passos Puzyna a Rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 - Santa Cruz do Timbó - Despraçado, no Município de Porto União.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Rodovia Alexandre Passos Puzyna a Rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 (Lança - km 0,0) - Santa Cruz do Timbó - Despraçado (km 35,2), no Município de Porto União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 108/07

Altera a Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, que "Dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas".

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a descrição dos limites dos municípios de Jaborá, Joaçaba e Ouro, constantes do Anexo I - Memorial Descritivo, da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007.

**"ANEXO I
JABORÁ**

As divisas intermunicipais do município de Jaborá, representadas no Anexo X, integrante desta Lei, são:

A

C - Com o município de JOAÇABA:

Inicia na nascente do lajeado Caraguatá, no ponto de cota altimétrica 990 m (c.g.a. lat. 27°07'01"S, long. 51°40'30"W), desce por este até a foz de um afluente seu da margem direita (c.g.a. lat. 27°09'17"S, long. 51°40'49"W); sobe por este até sua nascente, Marco de Divisa - M.D. nº 488 (c.g.a. lat. 27°08'54"S, long. 51°41'42"W), no ponto de cota altimétrica 972 m; segue pelo divisor de águas entre o arroio Honorato, de um lado e, lajeados Caraguatá e Capelinha do outro, até a nascente do lajeado Pato Roxo, no ponto de cota altimétrica 920 m (c.g.a. lat. 27°10'57"S, long. 51°41'07"W).

D - Com o município de OURO:

Inicia na nascente do lajeado Pato Roxo (c.g.a. lat. 27°10'57"S, long. 51°41'07"W), no ponto de cota altimétrica 920 m, segue pelo divisor de águas entre afluentes dos rios Bonito e Rancho Grande até o M.D. nº 1.083 (c.g.a. lat. 27°12'26"S, long. 51°43'28"W).

JOAÇABA

As divisas intermunicipais do município de Joaçaba, representadas no Anexo XII, integrante desta Lei, são:

A

E - Com o município de OURO:

Inicia no lajeado Pato Roxo, M.D. nº 528 (c.g.a. lat. 27°12'03"S, long. 51°39'21"W), sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 27°10'57"S, long. 51°41'07"W).

F - Com o município de JABORÁ:

Inicia na nascente do lajeado Pato Roxo (c.g.a. lat. 27°10'57"S, long. 51°41'07"W), segue pelo divisor de águas entre os lajeados Capelinha e Caraguatá, de um lado e, arroio Honorato, do outro, até o M.D. nº 488 (c.g.a. lat. 27°08'54"S, long. 51°41'42"W), ponto de cota altimétrica 972 m, na nascente de um afluente da margem direita do lajeado Caraguatá, desce por este até sua foz no lajeado Caraguatá (c.g.a. lat. 27°09'17"S, long. 51°40'49"W); sobe por este até sua nascente, ponto de cota altimétrica 990 m (c.g.a. lat. 27°07'01"S, long. 51°40'30"W).

OURO

As divisas intermunicipais do município de Ouro, representadas no Anexo X, integrante desta Lei, são:

A - Com o município de JOAÇABA:

Inicia na nascente do lajeado Pato Roxo (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27°10'57"S, long. 51°41'07"W), desce por este até o Marco de Divisa - M.D. nº 528 (c.g.a. lat. 27°12'03"S, long. 51°39'21"W).

G - Com o município de JABORÁ:

Inicia no M.D. nº 1.083 (c.g.a. lat. 27°12'26"S, long. 51°43'28"W), no divisor de águas entre afluentes dos rios Bonito e Rancho Grande, segue por este divisor até a nascente do lajeado Pato Roxo, ponto de cota altimétrica 920 m (c.g.a. lat. 27°10'57"S, long. 51°41'07"W)."

Art. 2º O Poder Executivo substituirá os anexos X e XII para se adequarem ao disposto no art. 1º desta Lei., no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTO**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO RQS/0281.2/2007**

O Deputado que este subscreve, **REQUER** a Vossa Excelência, nos termos do art. Nº 202 do Regimento Interno desta Casa, a inclusão nos anais desta Casa Legislativa, de texto do Jornalista Paulo Ramos Derengosky, publicado no dia 13/04/2007, página 4 - caderno de variedades - no jornal Diário Catarinense.

Sala das sessões, em 22 de fevereiro de 2007.

**PROFESSOR GRANDO
Deputado Estadual**

Deputado Antonio Aguiar
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Dagomar Carneiro
Deputado Rogério Mendonça

Justificação: O texto do consagrado jornalista e escritor catarinense propugna pelo reconhecimento a um dos maiores poetas Simbolistas do mundo, o também catarinense, nascido na antiga Desterro, atual Florianópolis, Cruz e Souza. Paulo Derengosky faz a defesa do traslado dos restos mortais do poeta, sepultado no Rio de Janeiro, à sua terra natal.

SEXTA-FEIRA, 13/04/2007

PAULO RAMOS DERENGOSKI

A volta de Cruz e Sousa

O Professor da UFSC, Lauro Junkes, organizou, de forma magnífica, o volume dedicado ao simbolismo poético de uma excelente série intitulada Roteiro da Poesia Brasileira, que está chegando às livrarias.

O maior destaque do livro é o nosso catarinense Cruz e Sousa, que além de ser o maior poeta simbolista do Brasil e um dos principais do mundo (como reconheceu o sociólogo francês Roger Bastide) é, na minha opinião, o principal poeta negro da terra, superando até mesmo o ex-presidente do Senegal, Leopold Sendar Senghor.

De uma vida trágica, muito insultado no Rio de Janeiro pelos parnasianos, morreu de tuberculose, na miséria, em Minas Gerais, de onde o cadáver saiu transportado num vagão de gado. Está enterrado na carioca capital - mas mereceria ter seus restos trazidos (com toda honra!) para Santa Catarina, terra e gente que tanto amou. E sua família, modesta, merece receber apoio de nosso governantes, que estariam enaltecendo sua memória.

O cineasta Sylvio Back fez um belo filme sobre ele. E o Senado Federal realizou um Concurso sobre o grande poeta catarinense.

Sua poesia, misteriosa, sensual e sensorial, subjetiva e musical revela a existência de um mundo transcendente: o mundo das essências. Na sua Desterro natal tinha sido educado com dignidade por uma família abastada que o adotara. Ainda jovem conheceu a fama e chegou a redator de jornais.

Tuberculoso, foi se tratar em Minas Gerais. Hospedado num hotel barato, jogado na rua numa noite fria! O dono do tugúrio não queria ter um cadáver sob seu teto! O corpo depositado num vagão de gado. "Cruz (e Lousa), para um dos maiores gênios do Brasil..."

Tendo nascido em 24 de novembro de 1861, aluno do grande Fritz Müller, de quem certamente aprendeu sobre evolucionismo. Passou por várias redações e chegou a arquivista da Estrada de Ferro Central do Brasil. Amigo de abolicionistas, admirador de Castro Alves.

Sofredor, contraditório, triste e alegre, noturno e diurno, seu poema Marche Aux Flambeaux revela o lado revolucionário: "...essa marcha final penetrará aos urros / titânica, sinistra, irrisória / num caos de pontapés, coices e vaias e murros / na eterna bacanal ridícula da História..."

Ele passou longe dos congelados compromissos literários. Não tinha medo dos adjetivos. E sua grande arte se cristalizou num simbolismo ardente, instintivo, intuitivo.

Criou um universo, onde a falsa objetividade cedeu lugar ao mistério. Uma poesia livre, feita com o coração, dominado valores transcendentais, usando o belo e o feio, o sagrado e o profano. Elementos proibidos, malditos, noturnos, ocultos. Valores invertidos de um mundo em transformação. Como no incrível verso: "Vozes veladas veludosas vozes volúpias dos violões vozes veladas que invadem os velhos vórtices velosos dos ventos..."

Está na hora de trazer seus restos mortais para perto da nossas doces praias de brancas areias, de nossas serras azuladas. Para sentir o vento aragano que vem do sul...

PARECER

Conforme determina o Art. 202 do Regimento Interno desta Casa, o requerimento número RQS/281.2/2007, será despachado pela senhora presidente após ouvida a Mesa. Para tanto informo que a inclusão do texto do Jornalista Paulo Ramos Derengoski, nos anais desta Casa, não é atentatória a as autoridades constituídas ou qualquer pessoa, não existindo nenhum impedimento regimental pelo seu deferimento.

*** X X X ***